



Amazônia terá R\$ 730 milhões para combate a incêndios e desmatamento

Prefeitura assume empresas de ônibus alvos de operação policial

Página 2

Moraes nega pedido para isentar X no Brasil de ordens judiciais

Página 18

SP é líder nacional na produção de abacate, com crescimento de mais de 8,5% em 2023

São Paulo é líder nacional na produção de abacate e a cada safra o volume colhido vem crescendo significativamente. De acordo com o balanço realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA – Apt), órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em 2023, o estado chegou a produzir a incrível marca de 192 mil toneladas, 8,54% maior que o registrado no ano anterior. Vale destacar que em 2021 foram colhidas 189 mil toneladas.

Números que posicionam a fruticultura paulista, no segmento abacateiro, à frente de principais estados produtores do Sul e Sudeste como, por exemplo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

Ainda não há uma estimativa de produção para este ano, mas a tendência é que seja muito semelhante ao verificado em 2023. "Normalmente, as variações ano a ano de culturas perene são muito pequenas", explica o pesquisador do IEA – Apt, Celso Viegro.

A região de Campinas é o principal polo produtivo da fruta. No ano passado, foram colhidas mais de 85 mil toneladas de abacates, sendo o município de Jardinópolis, maior produtor estadual, com uma média anual de 8,6 mil toneladas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com sede em Bauru, a agropecuária Jaguacy lidera a produção nacional da variedade Hass, conhecida como abacate. Apesar de apostar na irrigação para produzir a fruta, a empresa acredita que este ano, por conta da seca, a safra pode ser afetada. "A produção de 2023 foi excelente, porque no ano passado o clima favoreceu bastante o desenvolvimento das plantas. O problema é agora, depois de uma seca muito grande", relatou Lígia Carvalho, produtora rural e diretora da Jaguacy.

Atualmente, apenas 6% da área produtiva paulista é irrigada. O plano está sendo desenvolvido em parceria com a universidade de Nebraska, nos Estados Unidos, e com a empresa Lindsay, que opera em mais de 90 países com sistemas de irrigação.

O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de abacate. Em 2022, o país produziu cerca de 330 mil toneladas de abacate, sendo que a produção paulista corresponde a quase 50% do cultivo nacional. Além de contribuir com o mercado interno, o estado de São Paulo é um dos principais exportadores de abacate.

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate a desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na

ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução da degradação.

"Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade", disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 municípios prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Página 18

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil na comparação com G20



Página 3

Foto: Marcelo Camargo/ABr

Página 3

Página 3

Mercado estima PIB de 1,9% este ano, revela boletim Focus

Página 3

Seca faz incêndios em florestas maduras crescerem 152% na Amazônia

Página 18

Esporte

Lucas Moraes vence especial e garante pódio em Portugal



Moraes e o espanhol Monleón em ação na etapa do Campeonato Mundial

Mas o brasileiro não se deixou abalar, conquistando a vitória da especial no último dia e deixando Portugal com o terceiro lugar no resultado geral da prova.

A próxima etapa do Mundial de Rally Raid é o Desafio Ruta 40, que acontece na Argentina entre os dias 1 e 7 de junho.

Lucas Moraes é o quarto colocado na tabela do Campeonato, com 76 pontos. A liderança está nas mãos do catari Nasser Al-Attiyah, que soma 112.

drive Racing, +1min08s; 5º - Francisco Barreto (POR) / Carlos Silva (POR) - Francisco Barreto, +1min23s.

Top-5 geral da etapa

1º - Nasser Al-Attiyah (CAT) / Edouard Boulanger (FRA) - Nasser Racing by Prodrive, 10h02min57s; 2º - João Ferreira (POR) / Filipe Palmeiro (POR) - X-Raid Mini JCW Team, +2min49s; 3º - Lucas Moraes (BRA) / Armand Monleón (ESP) - Toyota Gazoo Racing, +3min36s; 4º - Carlos Sainz (ESP) / Alex Haro (ESP) - X-Raid Mini JCW Team, +6min12s; 5º - Yazeed Al Rajhi (SAU) / Timo Gottschalk - Overdrive Racing, +17min11s.

Top-5 do Campeonato Mundial de Rally Raid

1º - Nasser Al-Attiyah (CAT), 112 pontos; 2º - Carlos Sainz (ESP), 100 pontos; 3º - Yazeed Al Rajhi (SAU), 79 pontos; 4º - Lucas Moraes (BRA), 76 pontos; 5º - Guelain Chiche rit (FRA), 69 pontos.

Turismo Nacional tem primeira etapa Sprint de 2024 no "festival de velocidade" em Interlagos

O Autódromo de Interlagos recebe neste fim de semana (12 a 14/04) um verdadeiro festival de corridas com aproximadamente 300 carros disputando freudas a partir da sexta-feira. Entre os destaques, a categoria Turismo Nacional vai acelerar para a primeira etapa Sprint da temporada 2024, um mês e meio depois da emocionante abertura do campeonato, em formato endurance, realizada em Goiânia e vencida pelo Chevrolet New Onix de Augusto Freitas e Fabiano Cardoso.

Serão dias muito especiais em

Interlagos, que receberá também a abertura dos campeonatos da TCR South America Banco BRB e do TCR Brasil Banco BRB, também organizadas pela Vicar Promocões Desportivas. E o Campeonato Paulista de Automobilismo dá o toque final em uma jornada que promete ser empolgante, com incríveis 30 corridas e expectativa de público de 2 mil pessoas no paddock e camarotes do evento. Outro número que impressiona é de troféus que serão distribuídos em todo o fim de semana:

pouco mais de 150.

Para a categoria dos carros mais vendidos do Brasil, o regresso a Interlagos representa uma nova fase no campeonato. Depois da histórica etapa no formato endurance (corridas de resistência), na qual pilotos foram divididos em tripulações de até três integrantes por carro, a jornada na Zona Sul paulistana retorna o formato habitual da Turismo Nacional, com os competidores acelerando individualmente ou em duplas, divididos nas classes principais A e B, além da disputa nas

divisões Rookie B (para os estreantes), Sênior A e Sênior B, para inscritos acima de 54 anos.

A competição traz ao grid marcas como Chevrolet, Toyota, Volkswagen, Citroën, Fiat, Honda e Hyundai. Entre os modelos que vão estar na pista em São Paulo estarão, Chevrolet New Onix, Toyota Yaris, Volkswagen Polo e Gol, Citroën C3, Fiat Argo, Honda City e Hyundai HB20 Sedan.

As atividades de pista da Turismo Nacional em Interlagos começam na quinta-feira, com a rea-

lização de treinos extras. Na sexta-feira, estão programadas três sessões de treinos livres e as sessões classificatórias. O sábado reserva quatro corridas, sendo duas pela manhã e duas à tarde, enquanto o domingo vai marcar o encerramento da etapa com mais duas provas. A Turismo Nacional tem transmissão ao vivo pelo canal oficial da categoria no YouTube, Portal High Speed, mídias da emissora Catve e também pelo canal Parc Fermé, com narração em italiano.

Prefeitura assume empresas de ônibus alvos de operação policial

Após operação policial deflagrada na manhã da terça-feira, (9) na capital paulista, a prefeitura de São Paulo anunciou que vai assumir a operação das linhas de ônibus das empresas Transwolff e UPBus, que atuam, respectivamente, nas zonas sul e leste paulista.

Na operação policial, que foi chamada de Fim da Linha, diretores das duas empresas foram presos por suspeita de ligação com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Como a investigação é sigilosa, os nomes dos envolvidos não foram informados pelos órgãos responsáveis pela operação.

Responsáveis pelo transporte de cerca de 650 mil passageiros por dia e 1.365 ônibus, as

duas empresas receberam R\$ 800 milhões de remuneração da prefeitura de São Paulo em 2023.

Em edição extraordinária publicada hoje no Diário Oficial Municipal, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, decretou intervenção nas duas empresas. Para a Transwolff, o prefeito colocou como interventor Valdemar Gomes de Melo, funcionário que trabalha há mais de 45 anos na SPTrans, empresa que administra os ônibus da capital paulista.

Para a UPBus, foi designado como interventor Wagner Chagas Alves, que trabalha há mais de 40 anos na SPTrans. Os dois interventores vão trabalhar juntos a representantes da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e

da Secretaria da Fazenda.

Em entrevista coletiva concedida na tarde de hoje (9), na sede do Ministério Público, o prefeito de São Paulo tranquilizou a população paulistana, informando que a operação policial não vai afetar o funcionamento das linhas de ônibus feitas pelas duas empresas. “Não haverá paralisação no transporte público da cidade de São Paulo”, disse o prefeito.

“Os fornecedores dessas duas empresas não deixarão de receber, não haverá nenhum problema com relação aos funcionários e, do ponto de vista dos passageiros, da operação, dos funcionários das empresas e dos fornecedores não muda absolutamente nada. O que muda somente é a questão da gestão das empresas.”

Segundo o promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (Gaeco de Presidente Prudente) e um dos responsáveis pela operação, até este momento não foi observada a participação de agentes ou servidores públicos no crime. Mas, segundo o prefeito, caso seja constatada alguma irregularidade cometida por servidor municipal, “ao final das investigações eles vão responder por isso”.

A operação

A Operação Fim da Linha foi deflagrada para desbaratar esquema de lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pela facção criminosa conhecida como PCC e contou com a participação de um efetivo formado por cerca de 400 agentes públicos. “É uma operação histórica, porque estamos atuando na parte financeira dessas organizações criminosas, asfixiando essa parte da organização”, disse Gakiya.

Durante entrevista coletiva, o secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, destacou a importância de se asfixiar financeiramente os grupos criminosos. “É inaceitável que chefes de facção figurem como grandes empresários”, disse ele.

Os envolvidos no crime usavam a exploração do serviço de transporte público por ônibus na capital, por meio das empresas Upbus e Transwolff, para esconder a origem ilícita de ativos ou capital provenientes de tráfico de drogas, roubos e outros delitos.

Ao todo, a Justiça deferiu 52

mandados de busca domiciliar, quatro de prisão e cinco medidas cautelares. Até este momento, no entanto, a operação resultou na prisão de nove pessoas, sendo três delas em flagrante, e na apreensão de 11 armas, 813 munições diversas, R\$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, assim como dólares e barras de ouro.

Além disso, as investigações levaram ao bloqueio de R\$ 596 milhões, determinada pela Justiça. Veículos, lanchas e motos aquáticas também estão entre os itens que foram apreendidos na manhã de hoje durante a operação, assim como um helicóptero usado quando foram mortos de dois líderes de facções criminosas, com Gegê do Mangue.

De acordo com o promotor, a operação demonstrou que o PCC tem assumido contornos de uma máfia, com a infiltração em poderes do Estado e participação em licitações.

“O que nos preocupou bastante nessa operação foi que a facção já tem tomado contornos de máfia, tendo também como uma das suas características principais a infiltração nos poderes do Estado. Infelizmente, nesse caso, nós verificamos - em que pese não tenhamos detectado nenhuma omissão por parte do poder público municipal - que eles estão participando da serviço público, da disputa, da licitação de serviço público essencial.”

Segundo Márcia Cecília Meng, superintendente da Receita Federal em São Paulo, a organização criminosa atuava em empresas de ônibus para tentar dar aparência de legalidade a atos ilícitos.

“Temos um conjunto robusto, probatório, de que os envolvidos nessa operação fizeram a aquisição de empresas ou integralizaram capital em empresas com a finalidade de se tornarem proprietários para, ao fim, conseguir tornar lícito ou fazer parecer lícito aquilo que era ilícito. Mas a aquisição ou a integralização de capital foi feita com dinheiro de atividade criminosa. Isso causa um transtorno enorme ao poder público, porque essas empresas acabam conseguindo uma robustez financeira que faz parecer aos órgãos públicos que são empresas que têm condição de dar andamento à prestação de serviços públicos”, disse ele.

Além disso, informou a superintendente da Receita Federal, ficou demonstrada também dis-

tribuição indevida de dividendos das empresas, que são isentos do pagamento de impostos. Um dos sócios, por exemplo, teria recebido R\$ 14,8 milhões sem recolher tributos. Também foram constatadas diversas operações de compra e venda de bens de luxo como imóveis e carros, como Ferraris. “Houve imóveis que eles declararam como valendo R\$ 800 mil, mas valem mais de R\$ 10 milhões”, falou.

Outro aspecto que está sendo investigado, disse ela, é a prática de compensações fraudulentas. “Sempre que você deve um tributo, você tem que pagar esse tributo ou você pode compensar esse tributo. Nenhuma empresa passa por uma licitação se ela não tiver uma certidão negativa de débitos. Essas duas empresas tinham débitos tributários e, ainda assim, elas fizeram compensações fraudulentas de maneira a mascarar isso”, falou. “É uma série de artifícios contábeis, societários e fiscais que foram utilizados por esse grupo criminoso para poder fazer chegar até onde chegaram”, completou.

Marcia Meng revelou ainda que havia a participação de laranjas e contadores, que se encarregaram de viabilizar os métodos utilizados para lavagem de dinheiro, dissimulando a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores oriundos de atividades criminosas. Os contadores também são alvo dessa operação.

A operação foi realizada de forma conjunta entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, a Polícia Militar, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Receita Federal. De acordo com Gakiya, a investigação continua e pode afetar também outras empresas.

Por meio de nota, o Cade informou ter prestado apoio técnico à operação, na condição de auxiliar da Justiça. “Essa participação visa auxiliar em análises para apurar exclusivamente possível conluio entre empresas concorrentes para frustrar o caráter competitivo em licitações públicas para prestação do serviço municipal de transporte urbano, nos estritos termos da Lei de Defesa da Concorrência”, disse.

A Receita Federal, por sua vez, informou que participa do cumprimento dos mandados em 20 dos alvos (19 em São Paulo e

um em São Bernardo do Campo), nos quais foi verificado interesse tributário. “Diante dos fortes indícios de irregularidades fiscais já identificados, a Receita Federal deu início, durante o cumprimento dos mandados de hoje, a 21 fiscalizações de pessoas físicas e jurídicas.

Os contribuintes fiscalizados detêm, juntos, patrimônio total declarado de mais de R\$ 148 milhões e movimentaram, apenas entre 2020 e 2022, mais R\$ 732 milhões em suas contas correntes. A Receita Federal estima que serão lavrados autos de infração da ordem de R\$ 200 milhões”, diz a nota do órgão.

Nova operação policial

O comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Cássio Araújo de Freitas, disse hoje que, de forma preventiva, a polícia iniciou uma nova operação na cidade “para garantir o fluxo do transporte público”. A operação, de acordo com ele, vai funcionar principalmente na zona sul de São Paulo, onde atuariam as empresas investigadas na operação.

“A população de São Paulo deve permanecer tranquila porque estamos iniciando agora uma operação, de impacto, prepondorantemente na zona sul de São Paulo, mas em toda a capital, para garantir o fluxo do transporte. Nenhum ônibus foi retido durante essa operação, portanto os ônibus estão à disposição, mas por experiência, nós sabemos que o crime organizado transmite informações e espalha boatos de que haverá intersecções nas redes, de que haverá queima de ônibus. Essa rede de boatos acaba trazendo o medo para a população e a insegurança. Então estamos iniciando a operação por conta disso, já de uma forma preventiva”, disse ele. “Vamos fazer isso de forma preventiva, não há indicativo que eles [criminosos] estejam se organizando com esse objetivo”, ressaltou.

Segundo o comandante da PM, também será feito patrulhamento na portaria dessas duas empresas “para dar essa tranquilidade e garantir a mobilidade para que o cidadão paulistano possa trabalhar, estudar com tranquilidade durante toda essa semana”.

A Agência Brasil também buscou contato com as duas empresas envolvidas no esquema mas, até este momento, não obteve retorno. (Agência Brasil)

Estádio Morumbi também levanta bandeira do movimento SP por Todas

O estádio do Morumbi já exibe a bandeira roxa do movimento “SP por Todas” de combate à violência contra a mulher e mais visibilidade às políticas públicas e serviços estaduais gratuitos para elas. O estandarte foi hasteado na terça-feira (9) e ficará em lugar de destaque na casa do São Paulo Futebol Clube durante todo o mês de abril.

Por meio de campanhas de mídia e parcerias com organizações privadas, o movimento também destaca a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira que viabiliza iniciativas exclusivas para as mulheres.

Um dos destaques do SP por Todas é o auxílio-aluguel de R\$ 500 para vítimas de violência doméstica. Também houve ampliação

do monitoramento permanente de agressores com uso de tornozeleiras; o lançamento do aplicativo SPMulher Segura que conecta a polícia de forma direta e ágil caso o agressor se aproxime; e a criação de novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher 24 horas.

O Governo do Estado ampliou linhas de crédito para elas e ampliou a entrega das Casas

da Mulher Paulista, que oferecem serviços de apoio psicológico e capacitação profissional.

A gestão paulista implementou ainda o protocolo Não Se Cale para acolhimento imediato e combate à importunação sexual em bares, restaurantes, casas de show e similares, formando equipes em um curso online oferecido gratuitamente aos profissionais do setor.

SP lança guia temático da cultura italiana em evento turístico da América Latina

das e danças típicas italianas; e museus como o Memorial do Imigrante Italiano Tuto Gasparini, em Vinhedo, capa da publicação lançada na WTM.

A publicação também traz atrativos surpreendentes como os de Pedrinhas Paulista, com a Arena de Eventos Coliseu, que se assemelha ao famoso anfiteatro de Roma, palco de eventos culturais e sociais. O guia “Turismo de Raízes – Cultura Italiana” tem o apoio institucional da Agência de Turismo da Itália (ENIT), do Consulado da Itália e da Secretaria Estadual de Negócios Internacionais.

São Paulo tem forte influência da cultura italiana na arte, na

cultura e na gastronomia. Desde o mês passado, a Setur-SP realizou uma série de ações em homenagem aos 150 anos da imigração italiana no Brasil. “A presença da cultura italiana é marcante em todas as áreas, são 13 milhões de descendentes apenas em SP”, afirma Roberto de Lucea, secretário de Turismo e Vias.

A Setur-SP também realiza na WTM uma aula experimental de gastronomia com o chef de cozinha Marcelo Figueiredo, do restaurante Mirabilé, de Mococa (SP), que ensina a receita de um prato típico italiano: polenta com ragu de blend de carnes. Além disso, a Setur-SP oferece ao público

uma apresentação de dança italiana, performada pela Cia de Dança Allegro, de Lindóia (SP). A Setur-SP estará presente na WTM com um estande de mais de 200 m², onde acontecem aulas gratuitas com chefs de cozinha, capacitações, apresentações musicais, experiências de realidade aumentada, além da promoção de 25 regiões turísticas do estado. Além de um guia de turismo de raízes, a secretaria apresenta mais duas novidades: o lançamento de dez roteiros de atrações turísticas e uma assistente virtual para quem deseja viajar por São Paulo. No último ano, a WTM atraiu mais de 15 mil visitantes e 623 expositores de 40 países.

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Angelo Augusto D.A. Oliveira

Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: [contato@jornalodiasp.com.br](mailto: contato@jornalodiasp.com.br)

Site: www.jornalodiasp.com.br



CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

A crise nacional do União não chegou na Casa. O vereador e presidente Milton Leite conseguiu segurar quase todos seus colegas e ainda trouxe o irmão do ex-presidente Roberto Trípoli (PV) pra manter a bancada de 7 vereadores

PREFEITURA (São Paulo)

Operação Fim da Linha [Receita Federal, MP - SP e Polícia Civil] prendeu dirigentes de 2 empresas de ônibus que lavavam dinheiro pro crime organizado e deu ao Ricardo Nunes [MDB] a chance de mostrar como são seus interventores

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas que conviveram com Rodrigo Garcia [mais jovem presidente da história], que se fez no PFL - DEM [no qual foi formado pelo Gilberto Kassab] aguardam que o agora ex-governador se reinvente como pós PSDB

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas [Republicanos] tá dobrando o combate ao crime organizado no maior e mais importante Estado do Brasil. O aumento do chamado ‘novo cangaço’ em cidades menores, pelo interior, tá obrigando o governador a isso

CONGRESSO (Brasil)

Após os ataques do Elon Musk, dono do ex-twitter [atual X] ao Supremo, o presidente da Câmara Deputados Arthur Lira (PP) tá formando um grupo de estudos pra uma possível regulamentação das mídias sociais e inteligência artificial

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Nunca antes [neste país], como diz o Lula [dono do PT], um presidente esteve tão pressionado entre precisar cumprir tudo o que prometeu em 2022 e se relacionar com um Congresso no qual as vezes não tem sequer maioria simples

PARTIDOS (Brasil)

O MDB, do qual o ex-presidente Michel Temer e o prefeito paulistano Ricardo Nunes nunca saíram, tornou-se a maior bancada na maior e mais importante Câmara [São Paulo]. Agora, o time tem 11 buscando reeleição. O PT do Lula tem 9

JUSTIÇAS (Brasil)

Elon Musk, dono do ex-twitter [atual X], segue na aposta de que pode realizar denúncias contra atos do Supremo [do Alexandre]. A questão passa pelo que tão dizendo os donos das demais plataformas nas redes [mídias] sociais?

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil na comparação com G20

A proporção de homicídios no Brasil é um dos indicadores mais desafiadores do país em uma comparação de dados envolvendo os países do G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo). A população que vive abaixo da linha de pobreza e a presença de mulheres no Congresso Nacional também são pontos que chamam atenção negativamente.

Por outro lado, a participação de mulheres em posições gerenciais e a taxa de informalidade feminina no mercado de trabalho são pontos positivos do Brasil na comparação internacional.

As constatações fazem parte do estudo *Criando Sinergias* entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20, divulgado na terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento apresenta indicadores dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem a Agenda 2030, um conjunto de metas a serem atingidas pelos países. Os ODS são um compromisso assinado pelos integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015.

Apesar de a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) participarem do G20, esses blocos não estão incluídos na comparação do IBGE. Isso significa que 19 países fazem parte do universo de pesquisa. No entanto, o instituto sinaliza que nem todos disponibilizaram à ONU todas as informações pesquisadas.

Homicídios

Dos sete indicadores ODS comparados, o que mostra o Brasil em pior situação é o número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes. Os registros são de 2021, ano que apresentou o maior número de

homicídios intencionais no mundo em relação às duas últimas décadas.

Entre os 15 países do G20 com informações liberadas, África do Sul, México e Brasil apresentaram os maiores números.

No país africano, o índice chegou a 72,04 por 100 mil habitantes entre os homens. Em seguida figuram México (50,54) e Brasil (39,55). Japão (0,25), Coreia do Sul (0,55), Itália (0,64) e Alemanha (0,87) se destacam positivamente.

É possível notar grande diferença de proporção entre homens e mulheres. África do Sul (10,67), México (6,17) e Brasil (3,53) também lideram o ranking de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.

Para efeito de comparação, a taxa global foi de 5,8 por 100 mil, sendo 9,3 para homens e 2,2 para mulheres. O ODS prevê a redução significativa de todas as formas de violência e as taxas de

mortalidade.

Pobreza

Nove países do G20 fornecem dados sobre a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional – US\$ 2,15 por dia (cerca de R\$ 11). O Brasil é o segundo país com maior proporção, com 5,8% da população nesta situação. Perde apenas para a Índia, que tem 12,9% da população abaixo da linha de pobreza. França (0,1%), Estados Unidos (0,2%) e Reino Unido (0,2%) têm as menores proporções.

Os números compilados são de 2021. Isso significa que não registra efeitos mais recentes, como a crise econômica na Argentina, que aparece com apenas 0,9% da população abaixo da linha de corte.

É um ODS erradicar a pobreza extrema. O estudo do IBGE adianta que o Brasil, diferentemente da maioria dos países do

G20, já apresentou dados de 2022, alcançando o índice de 3,5%.

Mulheres

Quando o assunto é participação feminina, o Brasil se destaca na proporção de mulheres em posições gerenciais. Dos 15 países ranqueados, o Brasil figura em terceiro, com 38,8%, atrás apenas de Estados Unidos (41,4%) e Rússia (46,2%). Os números são de 2021.

No entanto, quando a avaliação é referente à proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais, dados de 2022 colocam o Brasil na penúltima posição entre as 19 nações, com 14,81%. O Brasil fica à frente somente do Japão (9,68%).

O ranking é liderado pelo México, que alcançou a igualdade, ou seja, metade das vagas são ocupadas por mulheres.

Trabalho e educação

O levantamento aponta o quadro de desemprego, fazendo recorte analítico por idade e sexo. Os piores índices pertencem à África do Sul. No país africano, cerca de metade da população masculina está desocupada. Entre as mulheres, o desemprego atinge cerca de um quarto delas.

O Brasil encontra-se na metade superior do ranking, rodeado de países emergentes e ainda distante de economias desenvolvidas, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Itália e França surgem em posições piores que a do Brasil.

Entre homens jovens brasileiros (15 a 24 anos), a taxa de desocupação é de 17,64%. Para as jovens brasileiras, 5,52%. Na população a partir de 25 anos, as taxas brasileiras são de 24,71% para homens e 8,85% para mulheres. No Japão, nenhuma dessas taxas chega a sequer 5%.

Mercado estima PIB de 1,9% este ano, revela boletim Focus

Pela oitava semana seguida, o mercado financeiro aumentou as expectativas de crescimento da economia brasileira. De acordo com o boletim Focus, divulgado na terça-feira (9), em Brasília, pelo Banco Central, espera-se um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país em 2024.

Há uma semana, a expectativa era de um crescimento de 1,89% em 2024; e há quatro semanas era de 1,78%. Para os três anos subsequentes (2025, 2026 e 2027), a estimativa do mercado financeiro permanece estável em 2%.

Câmbio e juros

A previsão se mantém estável também para o câmbio e para a taxa básica de juros (Selic). Há três semanas seguidas, o mercado financeiro prevê que

Outro indicador relacionado ao mercado de trabalho é a taxa de informalidade, isto é, com garantias trabalhistas. A Índia tem os piores índices para homens (88,18%) e mulheres (91,32%). O Brasil ocupa a sexta posição na listagem de dez países – 40,26% para homens e 36,08% para mulheres. Alemanha e França, na ordem, apresentam as melhores situações, com menos de 5% da força produtiva na informalidade.

Treze países disponibilizaram dados de 2021 relativo à taxa de conclusão do ensino médio. Com o melhor indicador, os Estados Unidos alcançaram 94,58%. O Brasil é o nono, com 73,37%, e o México fecha a lista, com 59,53%.

G20

O IBGE considera que o estudo “traz para o debate as sinergias existentes entre a Agenda 2030 e o G20, fornecendo um primeiro conjunto de informações que possam subsidiar as discussões sobre o tema das desigualdades”.

Desde dezembro de 2023 o Brasil é o presidente rotativo do G20. Ao longo deste ano, uma série de encontros para tratar de desafios globais são realizados por grupos de trabalho e forças-tarefa. O ponto alto da presidência brasileira no fórum de países será o encontro de cúpula, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

O G20 é formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e mais a União Africana.

Os membros do grupo representam cerca de 85% da economia mundial e cerca de dois terços da população do planeta. (Agência Brasil)

Indústria paranaense avança 4% no bimestre e ultrapassa patamar da pandemia

A produção industrial paranaense cresceu 4% no primeiro bimestre de 2024, na comparação com os primeiros dois meses de 2023, e já supera o ritmo dos períodos anteriores à pandemia. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Os números da indústria atestam mais uma vez o bom momento da economia do Paraná, que foi o Estado que teve o maior crescimento da atividade econômica em 2023 e superou em duas vezes o avanço do PIB nacional”, afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior. “E quando a indústria cresce, ela alavanca os outros setores, movimentando toda a economia das nossas cidades”.

Os números de fevereiro também são positivos. Enquanto no Brasil houve uma retração de 0,3% em relação a janeiro, com recuo em cinco das 15 localidades pesquisadas, a indústria do Paraná avançou 0,6% de um mês

para outro. Já na comparação com fevereiro de 2023, a produção aumentou 4,7% no Estado.

O Paraná também apresentou o melhor resultado da região Sul no acumulado de 12 meses, com crescimento de 2,4% entre março de 2023 a fevereiro de 2024, ante os 12 meses anteriores. A indústria de Santa Catarina caiu 0,4% e a do Rio Grande do Sul recuou 2,2%. Este recorte também supera a média nacional, que avançou 1%.

Com um índice de 105,65774 na atividade industrial em fevereiro, o nível de produção está à frente do registrado em fevereiro de 2020, antes dos períodos mais restritivos da pandemia de Covid-19, quando o índice era 103,89571. O indicador mede as variações no volume físico de bens e serviços produzidos pela indústria ao longo do tempo, sem considerar as oscilações nos preços desses produtos.

“Em fevereiro de 2024, encontramos nove locais acima do patamar pré-pandemia: Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e

São Paulo”, afirmou Bernardo Almeida, analista da PIM Regional, na divulgação oficial dos dados.

A produção bimestral foi alavancada, no Estado, principalmente pela fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que avançou 41,4% nos primeiros meses do ano, e de produtos de madeira, com aumento de 22,1%. Também cresceram, no período, as indústrias de bebidas (14,3%), de produtos de borracha e de material plástico (9,6%), de móveis (5,8%), de produtos alimentícios (4,4%), de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (3,4%) e de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (0,1%).

Houve redução, no bimestre, na produção de máquinas e equipamentos (-13,3%), produtos de minerais não metálicos (-4%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,3%) e celulose, papel e produtos de papel (-1%).

Na relação com fevereiro de 2023, mais uma vez os destaque foram a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e de produtos de madeira, com

crescimento de 26,6% e 21,9%, respectivamente. Também avançaram as indústrias de bebidas (18,6%), produtos de borracha e de material plástico (13,1%), móveis (11%), produtos químicos (7,8%), produtos alimentícios (6,1%), produtos de minerais não metálicos (5%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (2,4%) e celulose, papel e produtos de papel (1,7%).

Apenas três setores industriais reduziram a produção no período: a maior queda foi na fabricação de máquinas e equipamentos (-11,7%), seguido de veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,9%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,7%).

Já no acumulado de 12 meses, o maior avanço foi na produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com aumento de 16,6% ante os 12 meses anteriores. Também fecharam em alta as indústrias de bebidas (8%), produtos alimentícios (6,4%), produtos de borracha e de material plástico (1,4%) e de móveis (1,2%). (AENPR)

Governo tenta conciliar reajustes de servidores, diz ministra

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos.

“A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente”, disse a ministra, ao visitar um condomínio gerido por movimentos de moradia na capital paulista.

Esther Dweck destacou que se trata de um processo demorado, para o qual espera “uma con-

clusão bastante frutífera”. A ministra ressaltou que existe uma disputa pelo orçamento público e que, além de recuperar o poder de compra dos funcionários públicos, o governo tem trabalhado para recompor os recursos para outras áreas que ficaram defasadas ao longo dos últimos anos.

“Esta foi uma das primeiras medidas: reestruturação do Bolsa Família. E isso, obviamente, consome uma parte do orçamento, restituir os mínimos condicionais de saúde e educação, isso foi algo extremamente importante”, enfatizou.

Dante da dificuldade de obter recursos para promover rea-

justes, a ministra disse que o governo propõe melhorias em benefícios, como os auxílios alimentação e creche. “Não tem nenhuma mesa [de negociação] parada. Às vezes, demora a nossa resposta, mas não quer dizer que, internamente, não estejamos trabalhando. Nossa área que faz isso é pequena, exige uma mão de obra extremamente qualificada, que conheça cada categoria para ver o que de fato é interessante, como melhorar aquela categoria”, afirmou.

Diante da dificuldade de obter recursos para promover rea-

justes, a ministra disse que o go-

verno propõe melhorias em be-

nefícios, como os auxílios alim-

entação e creche. “Não é aumento de salário, ninguém está confundi-

do benefícios com remuneração,

mas foi uma maneira de pe-

gararmos o orçamento deste ano,

que estava impactado pelos 9% de reajuste concedido aos

servidores a partir de maio do ano passado.”

Desde a semana passada, di-

versas carreiras do serviço pú-

blico federal têm feito paralisa-

ções e iniciado greves reivindi-

cando aumento na remuneração.

(Agência Brasil)

Governo quer destinar imóveis da União sem uso para habitação

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse na terça-feira (9) que imóveis sem uso em grandes cidades podem ser destinados à habitação social. Segundo a ministra, a ideia é aproveitar especialmente edifícios bem localizados em regiões centrais.

“Os centros são espaços onde você já tem toda a infraestrutura pronta, você reduz o tempo de transporte de uma qualidade de vida sem precedentes. Quem mora no centro de uma cidade, está próximo do seu lugar de trabalho”, disse ao visitar o projeto Dandara. O edifício da União foi declarado de interesse público em 2013 e atualmente abriga 120 unidades habitacionais no centro de São Paulo.

A reforma do edifício foi feita pela Unificação das Lutas de Cortiços e Moradias a partir do pro-

tos do tipo destinados à habitação social.

Esse trabalho, no entanto, encontra diversas dificuldades, segundo a ministra. É necessário que os imóveis sejam incorporados ao patrimônio da União antes de fazer a destinação, o que muitas vezes significa ter que lidar com problemas de regularização. “Tem coisas que ainda precisam ser incorporadas ao patrimônio da União, que são prédios da União, mas que o próprio registro ainda não está totalmente resolvido”, disse.

A síndica do condomínio, Marli Baffini, conta que a conquista da casa própria envolveu dificuldades que se ligam às turbulências políticas enfrentadas pelo país nos últimos anos. “A reforma começou em 2014”, lembra. “No começo, o dinheiro que vinha do Ministério das Cidades era

suficiente para tocar a obra. Quando chegou ao final, a Dilma [presidente Dilma Rousseff] sofreu impeachment, aí a gente teve assim, uma diminuição da obra. Era para terminar em 2016, só foi terminar em 2018”, lembra.

“A gente ficou um ano dormindo aqui nesse mezanino, tivemos que lidar com problemas de regularização, para que ninguém ocupasse, porque ele estava quase pronto e a gente não conseguia terminar”, relata.

A luta, no entanto, valeu a pena. “Onde eu morava, a gente não tinha muito acesso. Aqui é muito mais fácil, se você quer pegar o metrô, você está próximo. Onde eu morava lá, se eu queria ir ao mercado, eu tinha que ir lá em cima. Aqui não, tem mercado aqui. A minha vida melhorou”, diz Marli que vive com o esposo e um cachorro. (Agência Brasil)

IBGE lança nova edição



TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÉNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSIVEIS EM AÇÕES, DA ESPECIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÉNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÉNTURES DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme editada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escritura de Emissão, salvo se concedido de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso a reunião com as menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificare-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 09 de abril de 2024.

Paulo, 09 de abril de 2024.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

CNPJ/ME nº 36.699.663/0001-93 - NIRE: 35.300.550.692

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debéntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme editada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 16:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escritura de Emissão, salvo se concedido de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso a reunião será disponibilizado por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agentefiduciario@vortex.com.br, bsp@vortex.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificare-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes à Assembleia deverá ser formalizado por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista, caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24 - NIRE: 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2024

O Conselho de Administração da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 18h, a respeito da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2023; (ii) deliberar sobre a alteração do caput do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, para alterar as regras sobre a composição da Diretoria da Companhia; (iii) deliberar sobre a alteração da alteração do caput do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; (iv) deliberar sobre a alteração da alteração do caput do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia; (v) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, (ii) deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) deliberar sobre a proposta de administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o mandato de 2024 a 2026; (v) deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato de 2024 a 2026; e (vi) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer (a) via Boletim de Voto a Distância, e/ou (b) via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGOE que as instruções detalhadas para envio do Boletim de Voto a Distância e para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGOE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://ri.ambipar.com>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>). Os acionistas interessados em participar da AGOE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço r@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGOE, ou seja, até 28 de abril de 2024, manifestando seu interesse em participar da AGOE, solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando, ainda, as demais instruções contidas no item 5 da Proposta ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGOE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço e e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGOE, conforme abaixo: Pessoal Física: (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Fundos de Investimento: (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição finance



Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª Série da 17ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 05 de agosto de 2022, conforme editado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares de CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortex.com.br, fsp@vortex.com.br, nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com os menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificando-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato das Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vínicus Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª Série da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 66ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares de CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortex.com.br, fsp@vortex.com.br, nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com os menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificando-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato das Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vínicus Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 49ª, 52ª e 53ª Série da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 49ª, 52ª e 53ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortex.com.br, fsp@vortex.com.br, nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com os menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificando-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato das Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI (i.e. ato de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vínicus Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO PARA AS DEBENTURAS DE PRIMEIRA SÉRIE, PARA AS DEBENTURAS DA SEGUNDA SÉRIE, PARA AS DEBENTURAS DA TERCEIRA SÉRIE E PARA AS DEBENTURAS DA QUARTA SÉRIE, E PARA COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBENTURAS DA QUINTA SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme editada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, af.controls@oliveiratrust.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com os menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificando-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**, Vínicus Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores. Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO PARA AS DEBENTURAS DA PRIMEIRA SÉRIE, PARA AS DEBENTURAS DA SEGUNDA SÉRIE, PARA AS DEBENTURAS DA TERCEIRA SÉRIE, PARA AS DEBENTURAS DA QUARTA SÉRIE, E PARA COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBENTURAS DA QUINTA SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme editada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, af.controls@oliveiratrust.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com os menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificando-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Relatório da Administração

CNPJ nº 12.648.266/0001-24

RELEASE DE RESULTADOS 2023 e 4T23

No 4T23, a Ambipar apresenta EBITDA de R\$400M e ROIC operacional de 28%

Destak

- Receita Líquida recorde cresce 13,3% na comparação com o 4T22, com destaque para crescimento de 18,6% em Response;
- EBITDA Trimestral no 4T23 de R\$400 milhões com incremento de margem, atingindo 29,8%;
- Lucro líquido de R\$109 milhões, 5 vezes superior ao registrado no 4T22;
- ROIC Operacional do 4T23 atinge 28%.

R\$milhões	4T23	4T22	4T23 x 4T22	3T23	4T23 x 3T23	Var. 2023*	2022	Var. 2023 x 2022
Receita Bruta	1.481,8	1.307,5	13,3%	1.317,4	12,5%	5.395,1	4.242,6	27,2%
Deduções	(136,0)	(117,1)	16,1%	(135,1)	0,7%	(522,4)	(452,8)	15,4%
Receita líquida	1.345,8	1.190,4	13,1%	1.182,3	13,8%	4.872,7	3.789,8	28,6%
Lucro bruto	437,0	388,1	12,6%	412,6	5,9%	1.590,0	1.197,2	32,8%
Margem bruta	32,5%	32,6%	-0,1 p.p.	34,9%	-2,4 p.p.	32,6%	31,6%	1,0 p.p.
EBITDA	400,4	349,8	14,5%	376,0	6,5%	1.437,8	1.046,9	37,3%
Margem EBITDA	29,8%	29,4%	0,4 p.p.	31,8%	-2,1 p.p.	29,5%	27,6%	1,9 p.p.
Resultado financeiro	(101,2)	(179,4)	-43,6%	(189,9)	-46,7%	(669,6)	(509,3)	31,5%
Lucro líquido	108,9	22,7	379,7%	34,8	212,9%	178,5	108,7	64,2%
Dívida líquida ¹	4.205,7	4.176,1	0,7%	4.494,2	-6,4%	4.205,7	4.176,1	0,7%
Alavancagem (x)	2,63	2,98	-0,36	2,99	-0,36	2,63	2,98	-0,36
CAPEX ²	197,0	238,9	-17,5%	198,9	-1,0%	715,5	774,2	-7,6%
ROIC operacional ³ (%)	28,2%	34,2%	-6,1 p.p.	27,8%	0,4 p.p.	28,4%	29,6%	-1,2 p.p.
ROIC (%)	12,2%	14,4%	-2,2 p.p.	12,4%	11,7%	11,5%	-0,2 p.p.	

1- Ao final do período; 2- Capex não considera M&A; 3-ROIC ex intangível. *2023 ajustado pelo efeito contábil não caixa de R\$121,9 milhões nas despesas.

Demonstrações Contábeis - Exercícios Fimados em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Ativo Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Ativo Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Ativo Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Ativo Nota 2023 2022 2023 2022 Nota 2023 2022 2023 2022 Nota 2023 2022 2023 2022 Nota 2023 2022 2023 2022

Circulante Caixa e equivalentes de caixa 4 653.858 430.583 2.739.836 2.853.123 Custo dos serviços prestados 19 - - (3.714.789) (2.949.218) Bruto (Despesas) receitas operacionais 19 - - 1.157.918 840.573 Gerais, administrativas e com vendas 19 - - (152.126) (150.251) Equivalência patrimonial em controladas e empreendimentos controlados em conjunto 7 388.593 218.571 - 3.628 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 19 - - - (103.336) 17.930 388.593 218.571 (255.462) (128.693) Lucro operacional antes do resultado financeiro 388.593 218.571 902.456 711.880 Resultado financeiro Despesas financeiras 20 (496.981) (246.526) (1.079.641) (665.439) Receitas financeiras 20 51.587 59.890 410.059 156.092 (445.394) (186.636) (669.582) (509.347) Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social 56.801 31.935 232.874 202.533 Imposto de renda e contribuição social - (56.801) 31.935 232.874 202.533 Imposto de renda e contribuição social - Corrente 21 - - (141.515) (109.464) Imposto de renda e contribuição social - Diferido 21 - 31.849 (34.710) 15.676 (56.801) 63.784 56.649 108.745

Total do ativo Passivo e patrimônio líquido 5.059.200 3.839.812 11.642.697 9.882.911 Controlladora Consolidado

Ativo Nota 2023 2022 2023 2022 Ativo Nota 2023 2022 2023 2022 Ativo Nota 2023 2022 2023 2022 Ativo Nota 2023 2022 2023 2022

Circulante Empreendimentos e financiamentos 10 137.709 59.154 468.549 489.116 Debêntures 11 242.248 121.300 546.545 439.452 Fornecedores 12 2.097 - 257.079 246.014 Salários e encargos sociais a pagar 4.640 2.442 167.705 184.536 Impostos a pagar IPRU e CSLA recolher 15 15.149 30.141 27.254 Partes relacionadas 3.922 1.885 132.622 64.248 Obrigações por conta de aquisição de investimento 7 4.500 1.900 261.593 189.158 Passivo de arrendamento 13 - 51.046 40.991 Outras contas a pagar 22.811 19 100.805 87.759 417.927 201.849 2.045.901 1.822.364 Nâo circulante Empréstimos e financiamentos 10 209.871 51.427 1.719.661 1.598.169 Debêntures 11 2.637.207 2.497.335 4.400.997 4.574.664 Partes relacionadas 15 51.560 23.853 - - Provisão para perdas com investimentos 7 33 42 - - Imposto de renda e contribuição social diferido 21 - - 354.776 313.503 Obrigações por conta de aquisição de investimento 7 - 8.000 327.823 159.418 Provisão para contingências 14 - 2.282 2.373 Passivo de arrendamento 13 - 73.075 66.716 Outras contas a pagar - 2.026 93.462 35.510 2.898.671 2.582.683 6.983.461 6.760.997 Patrimônio líquido 16 Capital social 1.868.510 1.151.602 1.868.510 1.151.602 Gastos com emissão de ações (152.690) (107.937) (152.690) (107.937) Transações de capital 163.052 (113.850) 163.052 (113.850) Reservas de lucros 259.615 316.416 259.615 316.416 Ajuste acumulado de conversão (395.885) (190.951) (395.885) (190.951) Atribuído ao controlador 1.742.602 1.055.280 1.742.602 1.055.280 Participação dos acionistas não controladores - - 870.733 244.270 1.742.602 1.055.280 2.613.335 1.299.550 Total do passivo e patrimônio líquido 5.059.200 3.839.812 11.642.697 9.882.911 Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto Operacional: A Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia" ou "Ambipar"), ou quando relacionado a Ambipar e suas controladoras ("Grupão") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Paesambo, 1.088. Foi constituída em 26 de outubro de 2010 e tem como objetivo atuar como holding, controladora de participações societárias. Formada por dois segmentos de referência no mercado de gestão ambiental "Environmental" e "Response", tem em seu DNA o comprometimento com as questões sustentáveis, trabalhando os pilares ESG ("Environmental, Social and Governance") dentro seu negócios e apoiando seus clientes. Com diversas soluções ambientais desenvolvidas através do setor de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) possui patentes registradas de produtos sustentáveis, promove a economia circular e auxilia empresas com a destinação correta de seus resíduos. A Ambipar abriu capital em 13 de julho de 2020. Foi a primeira empresa de gestão ambiental a entrar na B3, a Bolsa de Valores do Brasil, passando a negociar suas ações no segmento Novo Mercado com código de ação número AMBP3. As ações ordinárias de emissão da Ambipar compõem as carteiras de 9 (nove) índices da B3: Índice Brasil Ampla (IBRA), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado (IGNM), Índice Small Cap (SMILL), Índice de Utilidade Pública (UTIL) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISEE). Em 6 de julho de 2022, a Emergência Participações ("Ambipar Response") celebrou acordo para combinação de propósitos específicos (Special Purpose Acquisition Company - SPAC) com a HPX Corp. ("HPX"), uma sociedade de aquisição de propósito específico (Special Purpose Acquisition Company - SPAC) da Companhia. As ações ordinárias de emissão da Companhia e suas respectivas ações ordinárias de emissão da HPX compõem as carteiras de 9 (nove) índices da B3: Índice Brasil Ampla (IBRA), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado (IGNM), Índice Small Cap (SMILL), Índice de Utilidade Pública (UTIL) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISEE). A Ambipar Response passou a ser listada, e suas ações ordinárias e war-rants passaram a ser negociadas na NYSE American sob os códigos "AMBI" e "AMBI.WS", respectivamente. 1.1. Participações societárias: A Companhia e suas controladoras (em conjunto denominadas "Grupão") operam nos seguintes segmentos de negócios: • **Environmental:** atua de forma pioneira em toda a cadeia de serviços ambientais, desde planejamento, gerenciamento e valorização de resíduos até execução de projetos. Exerce no desenvolvimento de tecnologias e constante inovação para a proteção do meio ambiente. Suas operações são tipicamente certificadas segundo as normas de qualidade ambiental e de saúde e segurança no trabalho. Temos atuação de destaque no Brasil e no Chile, com a Latam - empresa de gerenciamento de resíduos - com suas ações a promover a expansão internacional de seu negócio, o que propiciou o alcance da capilaridade, bem como, da oferta de seus serviços. Além disso, tem em seu portfólio serviços de consultoria e auditoria ambiental, qualidade, saúde e segurança com desenvolvimento de softwares de gestão, garantindo um compliance efetivo aos seus clientes, contando com tecnologia e inteligência artificial. • **Response:** Atua em prevenção, gerenciamento e resposta a emergência de acidentes com produtos perigosos ou não perigosos em todos os modais de transporte, com bases próprias e presença em 40 países da América do Sul, Europa, África, América do Norte e Antártida. Além disso, disponibiliza bens industriais que atuam nas instalações de clientes e conta com o maior e mais completo campo de treinamento da América Latina, capacitando colaboradores e clientes com a mais completa estrutura voltada para resposta e gestão de emergências em cenários multimodais. Adicionalmente, em setembro de 2022, foi adquirida a Witt O'Brien's líder global do setor de gerenciamento de crises e emergências para clientes corporativos e oferece consultoria no desenvolvimento de programas de emergência e resiliência para o setor governamental dos Estados Unidos. Possui estrutura global com atuação em mais de 45 localidades em diversos países. • **Outros:** o segmento "Outros" compreende a Companhia e as empresas listadas na B3, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As ações ordinárias de emissão da Companhia e suas respectivas ações ordinárias de emissão da CVM foram atendidas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024. 2. Políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 7. 3. Autorização de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As emissões das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram realizadas considerando o custo histórico como base de cálculo, os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações contábeis foram os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.2. Reconhecimento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de cálculo, os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações contábeis foram os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.3. Ajuste de conversão: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As normas e regulamentos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais também informados quando aplicáveis. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinando ativos e passivos mensurados no valor justo. As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações contábeis foram os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.4. Ajuste de conversão: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão identificadas como "Controladora". As normas e regulamentos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais também informados quando aplicáveis. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinando ativos e passivos mensurados no valor justo. As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações contábeis foram os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.5. Ajuste de conversão: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão identificadas como "Controladora". As normas e regulamentos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais também informados quando aplicáveis. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS									
31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)									
Consolidado									
Movimentação 2023									
Saldo	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Bens destinados à venda (e)	Transferências (f)	Ajuste ao valor (f) de realização (b)	Saldo	31/12/2023	
31/12/2022	61.592	9	(15.313)	(460)	(10)	121	-	45.939	
Terrenos									
Edifícios	545.562	20.981	(2.961)	(20.428)	(4.754)	(22.397)	-	516.003	
Máquinas e Equipamentos	774.860	59.247	(5.317)	(217.469)	(10.549)	195.498	104	796.374	
Veículos	2.325	455	(1.044)	(543)	-	91	-	1.284	
Móveis e utensílios	1.277	238	(1.286)	(8.162)	(11)	1.445	13	1.647	
Reservatórios, barragens e adutoras	152.457	62	-	-	-	-	-	144.357	
Pegas de reposição	18.418	12.861	(8.553)	(2.024)	(176)	(7.693)	71	12.922	
Adiantamentos a fornecedores	63.056	-	(66)	-	-	-	-	62.990	
Imobilizado em andamento	375.238	201.436	-	(8)	(174.102)	(18.152)	-	384.412	
Outros	3.284	-	(98)	(253)	-	3.175	-	6.108	
Total	1.998.269	295.289	(33.363)	(250.625)	(15.508)	(3.862)	(17.964)	1.972.036	
Consolidado									
Saldo	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Bens destinados à venda (e)	Transferências (f)	Ajuste ao valor (f) de realização (b)	Saldo	31/12/2022	
31/12/2022	80.429	-	(19.846)	(457)	1.466	-	-	61.592	
Terrenos									
Edifícios	551.113	11.672	(8.852)	(37.909)	28.005	1.533	545.562		
Máquinas e Equipamentos	769.861	65.884	(2.713)	(167.871)	108.129	1.570	774.460		
Veículos	2.848	1	(133)	(391)	-	-	2.325		
Móveis e utensílios	1.207	45	-	(335)	360	-	1.277		
Reservatórios, barragens e adutoras	161.684	81	-	(9.317)	9	-	152.457		
Pegas de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.855)	(7.857)	18.418		
Adiantamentos a fornecedores	63.056	-	-	-	-	-	63.056		
Imobilizado em andamento	328.666	217.953	-	-	(155.714)	(15.667)	375.238		
Outros	6.149	-	(821)	(2.044)	-	-	3.284		
Total	1.994.860	298.470	(36.798)	(219.502)	(25.600)	(13.361)	1.998.069		
Movimentação 2022									
Saldo	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Bens destinados à venda (e)	Transferências (f)	Ajuste ao valor (f) de realização (b)	Saldo	31/12/2022	
31/12/2021	80.429	-	(19.846)	(457)	1.466	-	-	61.592	
Terrenos									
Edifícios	551.113	11.672	(8.852)	(37.909)	28.005	1.533	545.562		
Máquinas e Equipamentos	769.861	65.884	(2.713)	(167.871)	108.129	1.570	774.460		
Veículos	2.848	1	(133)	(391)	-	-	2.325		
Móveis e utensílios	1.207	45	-	(335)	360	-	1.277		
Reservatórios, barragens e adutoras	161.684	81	-	(9.317)	9	-	152.457		
Pegas de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.855)	(7.857)	18.418		
Adiantamentos a fornecedores	63.056	-	-	-	-	-	63.056		
Imobilizado em andamento	328.666	217.953	-	-	(155.714)	(15.667)	375.238		
Outros	6.149	-	(821)	(2.044)	-	-	3.284		
Total	1.994.860	298.470	(36.798)	(219.502)	(25.600)	(13.361)	1.998.069		
Movimentação 2023									
Saldo	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Bens destinados à venda (e)	Transferências (f)	Ajuste ao valor (f) de realização (b)	Saldo	31/12/2023	
31/12/2022	80.429	-	(19.846)	(457)	1.466	-	-	61.592	
Terrenos									
Edifícios	551.113	11.672	(8.852)	(37.909)	28.005	1.533	545.562		
Máquinas e Equipamentos	769.861	65.884	(2.713)	(167.871)	108.129	1.570	774.460		
Veículos	2.848	1	(133)	(391)	-	-	2.325		
Móveis e utensílios	1.207	45	-	(335)	360	-	1.277		
Reservatórios, barragens e adutoras	161.684	81	-	(9.317)	9	-	152.457		
Pegas de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.855)	(7.857)	18.418		
Adiantamentos a fornecedores	63.056	-	-	-	-	-	63.056		
Imobilizado em andamento	328.666	217.953	-	-	(155.714)	(15.667)	375.238		
Outros	6.149	-	(821)	(2.044)	-	-	3.284		
Total	1.994.860	298.470	(36.798)	(219.502)	(25.600)	(13.361)	1.998.069		
Movimentação 2022									
Saldo	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Bens destinados à venda (e)	Transferências (f)	Ajuste ao valor (f) de realização (b)	Saldo	31/12/2022	
31/12/2021	80.429	-	(19.846)	(457)	1.466	-	-	61.592	
Terrenos									
Edifícios	551.113	11.672	(8.852)	(37.909)	28.005	1.533	545.562		
Máquinas e Equipamentos	769.861	65.884	(2.713)	(167.871)	108.129	1.570	774.460		
Veículos	2.848	1	(133)	(391)	-	-	2.325		
Móveis e utensílios	1.207	45	-	(335)	360	-	1.277		
Reservatórios, barragens e adutoras	161.684	81	-	(9.317)	9	-	152.457		
Pegas de reposição	29.847	2.834	(4.433)	(1.178)	(7.855)	(7.857)	18.418		
Adiantamentos a fornecedores	63.056	-	-	-	-	-	63.056		
Im									

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio: A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que refletem, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, a participação de mercado da Companhia, investimentos e custos, além de informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as premissas mais prováveis disponíveis a partir de 31 de dezembro de 2023, incluindo, mas não limitado ao Boletim Focus, BM&F Bovespa, dentre outros. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a unidade geradora de caixa (UGC). Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução ao valor recuperável.

Unidade geradora de caixa (UGC)	2023			2022		
	Ágio	desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	desconto	Taxa de crescimento real
Cimento (vide nota 33)	301.312	15,62%	0,0%	301.312	17,20%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando os fluxos de caixa projetados de 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o eventual impacto das potenciais alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA, de modo para capturar eventuais riscos associados à realização do ativo decorrentes de incertezas e julgamentos presentes nas projeções de negócio. Para tanto, sensibilizou o aumento da taxa de desconto em um ponto percentual para o range até o limite de 8% incremental, utilizando o mesmo intervalo da Margem EBITDA, porém com redução da mesma. A conclusão da Administração foi de que não há uma perda por redução ao valor recuperável em nenhum dos cenários sensibilizados.

15. Arrendamentos: Política contábil: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pós as taxas de juros implicadas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remunera o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste). (a) Composição - Direito de Uso:

Controladora					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	9.482	3.047	(655)	(2.758)	9.116
Equipamentos de informática	2.027	2.463	—	(1.539)	2.951
Máquinas e equipamentos	60.966	201.228	—	(68.350)	(1.601) 192.243
Veículos	9.872	3.114	—	(3.286)	9.700
Total	82.347	209.852	(655)	(75.933)	(1.601) 214.010

Controladora					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	11.352	742	—	(2.612)	9.482
Equipamentos de informática	1.342	1.837	—	(1.152)	2.027
Máquinas e equipamentos	111.336	34.897	(4.083)	(81.810)	626 60.966
Veículos	7.170	4.781	—	(2.079)	9.872
Total	131.200	42.257	(4.083)	(87.653)	626 82.347

Consolidado					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	9.502	3.047	(655)	(2.758)	9.136
Equipamentos de informática	2.026	2.463	—	(1.539)	2.950
Máquinas e equipamentos	60.945	225.529	—	(80.791)	(1.601) 234.082
Veículos	9.921	3.114	—	(3.286)	9.749
Total	112.394	234.153	(655)	(88.374)	(1.601) 255.917

Consolidado					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	11.372	742	—	(2.612)	9.502
Equipamentos de informática	1.342	1.837	—	(1.152)	2.026
Máquinas e equipamentos	116.971	76.330	(4.083)	(98.899)	626 90.945
Veículos	7.219	4.781	—	(2.079)	9.921
Total	136.904	63.690	(4.083)	(104.743)	626 112.394

(b) Composição - Passivo de arrendamento:

Controladora					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	12.528	3.047	(655)	(4.116)	1.088 11.892
Equipamentos de informática	2.119	2.463	—	(1.842)	406 3.146
Máquinas e equipamentos	66.536	201.228	—	(95.451)	34.996 207.309
Veículos	10.889	3.114	—	(4.344)	1.178 10.837
Total	92.072	209.852	(655)	(105.753)	37.668 233.184

Consolidado					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)
Imóveis	11.372	742	—	(2.612)	9.502
Equipamentos de informática	1.342	1.837	—	(1.152)	2.026
Máquinas e equipamentos	116.971	76.330	(4.083)	(98.899)	626 90.945
Veículos	7.219	4.781	—	(2.079)	9.921
Total	136.904	63.690	(4.083)	(104.743)	626 112.394

(b) Composição - Passivo de arrendamento:

Controladora					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088 11.892
Equipamentos de informática	2.119	2.463	—	(1.842)	406 3.146
Máquinas e equipamentos	66.536	201.228	—	(95.451)	34.996 207.309
Veículos	10.889	3.114	—	(4.344)	1.178 10.837
Total	92.072	209.852	(655)	(105.753)	37.668 233.184

Consolidado					
2023					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088 11.921
Equipamentos de informática	2.120	2.463	—	(1.842)	406 3.147
Máquinas e equipamentos	66.536	225.529	—	(113.798)	44.047 253.742
Veículos	10.949	3.114	—	(4.344)	1.178 10.897
Total	123.590	234.153	(655)	(124.100)	46.719 279.707

Consolidado					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	14.373	742	—	(3.908)	1.321 12.528
Equipamentos de informática	1.355	1.837	—	(1.306)	233 2.119
Máquinas e equipamentos	124.941	34.897	(4.083)	(96.717)	7.498 66.536
Veículos	8.091	4.781	—	(2.786)	803 10.899
Total	148.760	42.257	(4.083)	(104.717)	9.855 92.072

(b) Composição - Passivo de arrendamento:

Controladora					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088 11.921
Equipamentos de informática	2.119	2.463	—	(1.842)	406 3.147
Máquinas e equipamentos	66.536	201.228	—	(95.451)	34.996 207.309
Veículos	10.889	3.114	—	(4.344)	1.178 10.837
Total	92.072	209.852	(655)	(105.753)	37.668 233.184

Consolidado					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	14.402	742	—	(3.908)	1.321 12.557
Equipamentos de informática	1.356	1.837	—	(1.306)	233 2.119
Máquinas e equipamentos	131.238	76.330	(4.083)	(117.360)	11.839 97.964
Veículos	8.151	4.781	—	(2.786)	803 10.949
Total	155.147	83.690	(4.083)	(125.360)	14.196 123.590

(b) Composição - Passivo de arrendamento:

Controladora					
2022					
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros
Imóveis	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088 11.921
Equipamentos de informática	2.119	2.463	—	(1.842)	406 3.147
Máquinas e equipamentos	66.536	201.228	—	(95.451)	34.996 207.309
Veículos	10.889	3.114	—	(4.344)	1.178 10.837
Total	92.072	209.852	(655)	(105.753)	37.668 233.184

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, com apresentação do laudo pericial pelo perito judicial nomeado, já impugnado pelas partes. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21. Provisão para reconstituição ambiental e decomissionamento de ativo: Política contábil: Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócios, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o decomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o decomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com decomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados. Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstituição ambiental e decomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para decomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros". Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo relacionado. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. (a) Movimentação: Em 31 de dezembro de 2023, é manida provisão para aplicação em gastos relativos à desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Constituição

Utilização

Atualização

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Constituição

Utilização

Atualização

Saldo em 31 de dezembro de 2023

22. Benefícios a empregados: Política contábil: Os custos dos benefícios a empregados são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

22.1. Previdência privada: A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contribuiu com o montante de R\$693 (R\$1.263 em 31 de dezembro de 2022).

22.2. Outros benefícios a empregados: São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2023 é de R\$60.623 na controladora e no consolidado (R\$66.761 em 31 de dezembro de 2022).

23. Partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia conforme termos acordados entre as partes, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. As partes relacionadas da Companhia são essencialmente subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. (a) Composição - balanço patrimonial: As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mutuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Controladora e Consolidado

28.110
3.264
(2.334)
1.627
30.667
3.521
(984)
1.470
34.674

Salários, remuneração fixa e outros benefícios

Incentivo de Longo prazo (a)

Previdência privada

Total da remuneração (sem encargos sociais)

Encargos sociais

Total da remuneração (com encargos sociais)

(a) Foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo para a alta Administração da Companhia. Este plano possui carência de 4 anos e o benefício é determinado principalmente com base em indicadores de desempenho financeiro e operacional, e na retenção da alta Administração. Em 31 de dezembro de 2023 houve uma reversão de provisão no montante de R\$353, devido ao recesso da avaliação das métricas da outorga (R\$4.786 de despesas em 2022).

24. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital social: É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Distribuição de dividendos: A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido da reserva legal, é registrada como passiva circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Reserva legal e reserva de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimento da Companhia. Reserva para incentivos fiscais: Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia manda de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente consolidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais". (a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$722.421, e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$592.274, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária em está detalhada a seguir:

2023 2022

Ações ordinárias % Ações ordinárias %

411.597.545 100,00 411.597.545 100,00

411.597.545 100,00 411.597.545 100,00

(b) Transações com acionistas: Em 2022, foi realizada a aquisição de ações da controlada Estreito Participações, com resultado líquido de R\$38.400. De acordo com o IPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e controlados direta ou indiretamente no patrimônio líquido, conforme mencionado na Nota Explanativa nº 2.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, em 2022 houve o registro da perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explanativa nº 12. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e controlados direta ou indiretamente no patrimônio líquido no montante de R\$35. (c) Transações com acionistas não controladores: Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico: As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e a Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de: • Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício. • Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos). • Prioridade relativa quanto às ações ordinárias em caso de liquidação. • Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos. • Não participação em futuros aumentos de capital. Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias. Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue: • A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de compra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos; • Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitem esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificadas como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data da demonstração financeira. Em 2023, foram propostos e pagos dividendos aos minoritários relacionados ao exercício de 2022 no montante de R\$37.869, no qual foram deliberados formalmente em 2022 na Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 28 de abril de 2023, no mesmo período para proposta a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios das controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações no montante de R\$92.663 correspondentes ao exercício de 2023 e a serem pagos em 2024. Em 2022, foram pagos dividendos no montante de R\$100.532, sendo R\$27.844 relacionados ao exercício de 2021 e R\$72.668 decorrentes de deliberação da administração de dividendos intercalares referente ao exercício de 2022. Adicionalmente, em 2022, foram realizadas reduções de capital social pelos acionistas não controladores nas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações no montante de R\$14.673, bem como realizadas as aquisições de ações pelos acionistas não controladores nas controladas Estreito Participações e Companhia de Mineração Candiota no montante de R\$5.422. (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: As ações ordinárias é assegurada, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucros em ambos os exercícios. (e) Reservas de lucros e incentivos fiscais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constitui reserva, já que apurou prejuízos nos exercícios. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de abril de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social advindo da absorção da reserva de incentivos fiscais (correspondente aos exercícios de 2015 a 2020) no montante de R\$130.147, sem a emissão de novas ações, conforme previsto no Art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, a respeito da possibilidade de utilização da reserva de incentivo fiscal para aumento de capital social. Adicionalmente, foi utilizado o saldo da reserva legal no montante de R\$25.095 para absorção do prejuízo do exercício, conforme previsto Art. 189 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976.

25. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciem a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A interpretação do CPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (notá explicativa nº 19). (a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL").

2023 2022

Ações ordinárias % Ações ordinárias %

411.597.545 100,00 411.597.545 100,00

411.597.545 100,00 411.597.545 100,00

(b) Transações com acionistas: Em 2022, foi realizada a aquisição de ações da controlada Estreito Participações, com resultado líquido de R\$38.400. De acordo com o IPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e controlados direta ou indiretamente no patrimônio líquido, conforme mencionado na Nota Explanativa nº 2.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, em 2022 houve o registro da perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explanativa nº 12. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e controlados direta ou indiretamente no patrimônio líquido no montante de R\$35. (c) Transações com acionistas não controladores: Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico: As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e a Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de: • Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício. • Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos). • Prioridade relativa quanto às ações ordinárias em caso de liquidação. • Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos. • Não participação em futuros aumentos de capital. Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias. Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue: • A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de compra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos; • Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitem esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificadas como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data da demonstração financeira. Em 2023, foram propostos e pagos dividendos aos minoritários relacionados ao exercício de 2022 no montante de R\$37.869, no qual foram deliberados formalmente em 2022 na Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 28 de abril de 2023, no mesmo período para proposta a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios das controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações no montante de R\$92.663 correspondentes ao exercício de 2023 e a serem pagos em 2024. Em 2022, foram pagos dividendos no montante de R\$100.532, sendo R\$27.844 relacionados ao exercício de 2021 e R\$72.668 decorrentes de deliberação da administração de dividendos intercalares referente ao exercício de 2022. Adicionalmente, em 2022, foram realizadas reduções de capital social pelos acionistas não controladores nas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações no montante de R\$14.673, bem como realizadas as aquisições de ações pelos acionistas não controladores nas controladas Estreito Participações e Companhia de Mineração Candiota no montante de R\$5.422. (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: As ações ordinárias é assegurada



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Composição:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Venda de produtos	4.506.075	4.763.259
Serviços prestados	151.953	173.251
Impostos sobre vendas (a)	(1.109.691)	(1.141.549)
Abatimentos/descontos	(44.286)	(50.366)
Total	3.506.051	3.744.598

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre

Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para

Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

27. Informações sobre a natureza de custos e despesas:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Depreciação, amortização e exhausto	(259.612)	(240.561)
Amortização direto de uso em arrendamentos (Nota 15)	(75.933)	(87.653)
Salários e benefícios a empregados	(373.324)	(382.974)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(758.957)	(792.863)
Serviços de terceiros	(190.501)	(210.216)
Despesas com frete	(422.651)	(447.777)
Despesas com manutenção	(142.761)	(138.615)
Despesas com combustível	(720.114)	(781.388)
Despesas com eletricidade (a)	(324.186)	(306.039)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(19.267)	(14.393)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	12.762	62.795
Ajuste ao valor recuperável (c)	(1.553)	(6.021)
Provisão para perdas de estoques (Nota 9)	4.413	(2.992)
Recuperação (perda) de impostos (d)	(6.983)	26.885
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(3.770)	(3.398)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.354	89.500
Total	(3.611.897)	(3.402.530)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir: (a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas

controladoras, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da

InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controladora Comican e da controlada em conjunto

Baesa. (b) Em 2023, refere-se substancialmente ao ganho na venda das centrais de concreto localizadas em São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do

Camp. Em 2022, ao ganho na venda dos imóveis e equipamentos das centrais de concreto das unidades de Praia Grande, Vespasiano e Guarujá e da

venda de ativos de João Pessoa, Gurinéhem, Manoel Carlos e Mocamboiro. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado intangível e direto

de uso. (d) Em 2023, refere-se substancialmente ao reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$16.496, decorrente do trânsito em julgado

do mandado de segurança que tinha como objetivo a não aplicação dos descontos sobre juros e multa com a utilização dos montantes de Prejuízo Fiscal

e Base Negativa de CSLL, nos termos do §6º do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, ao reconhecimento de deságio atrelado à operação

de alienação de créditos PIS/COFINS no montante de R\$33.313 (conforme nota explicativa nº 10 (b)), ao trânsito em julgado do processo de não inclusão

do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$4.699 e da recuperação de

créditos PIS/COFINS no montante de R\$5.132 relacionados a créditos extemporâneos referentes a despesas diversas, entre elas, assistência médica,

pedágio, publicidade e propaganda. Em 2022, refere-se substancialmente ao trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF

e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$5.183, do trânsito em julgado do processo de compensação

do ICMS incidente sobre as operações de transferências de bens da matriz e de suas filiais para todas as demais filiais da federação, no período de 2012

a 2018 e montante de R\$7.132 e da recuperação de crédito PIS/COFINS no montante de R\$7.683 relacionados a créditos extemporâneos referentes a

despesas diversas, entre elas, assistência médica, publicidade e propaganda.

28. Resultado financeiro:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Variação cambial:		
Receita com variação cambial (a)	1.790	2.181
Despesa com variação cambial (a)	(5.158)	(14.261)
Receitas financeiras:	(3.368)	(12.080)
Variação monetária	23.998	43.549
Rendimento financeiro	16.289	27.104
Juros ativos (c)	85.342	43.149
Instrumentos financeiros derivativos (d)	4.401	2.838
PIS e COFINS	(6.371)	(4.304)
Outras receitas	1.174	1.517
Total	124.833	113.853
Despesas financeiras:		
Variação monetária (b)	(95.898)	(32.066)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 15)	(37.668)	(9.855)
Despesa com juros e encargos (e)	(492.709)	(444.455)
Despesa de multas	(5.598)	(3.099)
Despesas bancárias	(5.140)	(2.788)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	(8.266)	(1.937)
Seguro Garantia	906	(3.635)
Impostos sobre Operações Financeiras - IOF	(899)	(2.564)
Deságio na operação de cessão de crédito (f)	(10.933)	(24.449)
Outras despesas	(6.792)	(5.010)
Total	(62.997)	(529.858)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir: (a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas

controladoras, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da

InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controladora Comican e da controlada em conjunto

Baesa. (b) Em 2023, refere-se substancialmente ao ganho na venda das centrais de concreto localizadas em São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do

Camp. Em 2022, ao ganho na venda dos imóveis e equipamentos das centrais de concreto das unidades de Praia Grande, Vespasiano e Guarujá e da

venda de ativos de João Pessoa, Gurinéhem, Manoel Carlos e Mocamboiro. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado intangível e direto

de uso. (d) Em 2023, refere-se substancialmente ao reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$16.496, decorrente do trânsito em julgado

do mandado de segurança que tinha como objetivo a não aplicação dos descontos sobre juros e multa com a utilização dos montantes de Prejuízo Fiscal

e Base Negativa de CSLL, nos termos do §6º do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, ao reconhecimento de deságio atrelado à operação

de alienação de créditos PIS/COFINS no montante de R\$33.313 (conforme nota explicativa nº 10 (b)), ao trânsito em julgado do processo de não inclusão

do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$4.699 e da recuperação de

créditos PIS/COFINS no montante de R\$5.132 relacionados a créditos extemporâneos referentes a despesas diversas, entre elas, assistência médica,

pedágio, publicidade e propaganda. Em 2022, refere-se substancialmente ao trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF

e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$5.183, do trânsito em julgado do processo de compensação

do ICMS incidente sobre as operações de transferências de bens da matriz e de suas filiais para todas as demais filiais da federação, no período de 2012

a 2018 e montante de R\$7.132 e da recuperação de crédito PIS/COFINS no montante de R\$7.683 relacionados a créditos extemporâneos referentes a

despesas diversas, entre elas, assistência médica, publicidade e propaganda.

29. Comprimentos: a) Contratos de compra: A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para

serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clíquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2027,

aquisição de calário com o mínimo estipulado no contrato até 2033, aquisição de cinzas com o mínimo estipulado no contrato até 2027 e aquisição de

combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

(a) Em 2023 e em 2022, referem-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio atrelada a operação bancária no exterior (saldo em conta corrente) e operação de aquisição de coque importado. (b) Em 2023, refere-se substancialmente à correção monetária Selic sobre o valor de deságio decorrente da operação de alienação de crédito a recuperar no montante de R\$4.836 (conforme nota explicativa nº 10), uma vez que originalmente a mesma foi apropriada ao resultado financeiro e à correção monetária sobre as obrigações fiscais dos imobilizados em andamento da unidade hibernada de Caxiutu no montante de R\$17.981 (conforme nota explicativa nº 13). Em 2022, refere-se substancialmente às atualizações monetárias da provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo (no montante de R\$5.773), sobre os parcelamentos de impostos estaduais, cujas adesões ocorrem ao longo de 2021 e sobre provisões de contingências constituidas até o período. (c) Refere-se substancialmente aos juros incorridos decorrente dos empréstimos concedidos às suas controladoras direta e indireta, respectivamente InterCement Trading S.A. e InterCement Participações S.A., nos montantes totais de R\$82.883 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.294 em 31 de dezembro de 2022). (d) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 5 (ii). (e) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos e débitores, no montante de R\$490.512 em 31 de dezembro de 2023 (R\$436.667 em 31 de dezembro de 2022). (f) Em 2023, substancialmente, refere-se ao deságio da carteira de recebíveis junto à instituição financeira conforme mencionado na Nota Explanativa nº 8 (a) no montante de R\$5.994 e oriundo à operação de venda das centrais de concreto junto à securityidora de créditos em montante de R\$4.939. Em 2022, refere-se ao deságio no montante de R\$24.449 decorrente da operação de cessão de crédito realizada com a sua controlada direta e indireta InterCement Trading S.A. e InterCement Participações S.A., respectivamente, conforme mencionado na Nota Explanativa nº 23 b (i), observadas taxas de mercado, e com carteira de recebíveis junto à instituição financeira (nota explicativa 8c (a)).

29. Comprimentos: a) Contratos de compra: A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clíquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2027, aquisição de calário com o mínimo estipulado no contrato até 2033, aquisição de cinzas com o mínimo estipulado no contrato até 2027 e aquisição de combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2023	2022
Energia	94.739	132.904
Take or pay	—	120.880
Total	94.739	227.784

30. Resultado por ação: Política contábil: É calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

Environmental ESG Participações S.A.

CNPJ nº 09.527.023/0001-23

Relatório da Administração

Ambipar Environment: A Ambipar Environment possui 5 unidades de Negócio: • **Gestão e Valorização de Resíduos:** esta unidade atende majoritariamente indústrias e não possui exposição a entes governamentais. As atividades que competem esta unidade incluem valorização de resíduos, coprocessamento, coleta de resíduos, condicionamento, descontaminação, logística e manufatura reversa, tratamento e descarte de resíduos. A Ambipar gere os resíduos de seus clientes para reaproveitar, reutilizar e reciclar, com a finalidade de reduzir ou eliminar o descarte em aterros sanitários ("terro zero"). Os processos utilizados nestas atividades possuem tecnologia e patentes de valorização de resíduos que são de propriedade da Ambipar. Para melhor entendimento de nossos serviços oferecidos e de nosso portfólio. • **Economia Circular:** provê soluções de reaproveitamento, reciclagem e reutilização para resíduos de pós-consumo e pós-indústria. Captamos e transformamos resíduos consumidos e descartados em matéria-prima e insumos para indústrias de diversos setores ou produtos novos reciclados (ex: lonas, bancos, utensílios). A captação destes materiais é realizada por meio de parcerias com cooperativas de catadores e acordos para coleta de recicláveis. • **Consultoria e Compliance ESG:** presta serviços de consultoria, auditoria e compliance ESG. Nossos serviços asseguram que as operações de nossos clientes estão em conformidade regulatória. Nossos serviços asseguram que as operações de nossos clientes estão em conformidade regulatória.

Demonações Contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanços patrimoniais		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4.1296.184	1.630.923	1.646.414	2.112.686			
Aplicações financeiras	4	52.083	157.683	52.083			
Contas a receber	5	—	427.030	238.507			
Impostos a recuperar	6	48.547	22.607	110.975	60.147		
Dividendos a receber	15	56.258	18.385	—			
Despesas antecipadas	3.461	10	8.359	3.234			
Estoques	—	—	211.350	93.008			
Adiantamentos a fornecedores	11.079	398	83.163	43.690			
Outras contas a receber	15.645	13.989	66.606	47.857			
	1.431.174	1.738.395	2.711.629	2.651.212			
Não circulante							
Partes relacionadas	15	173.226	111.755	32.287	29.523		
Contas a receber	5	350	—	2.726	4.648		
Impostos a recuperar	6	5.187	8.442	4.458			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	457	458	55.077	19.204		
Depósitos judiciais	14	22	10	3.053	2.868		
Outras contas a receber	14	—	34.675	15.950			
Investimentos em controladas	7	2.953.338	2.464.835	—			
Imobilizado	8	19.532	10.108	1.603.608	1.307.754		
Bens de direito de uso	—	—	64.104	59.051			
Intangível	9	3	1.948.590	1.562.426			
	3.152.129	2.587.167	3.752.562	3.005.882			
Total do ativo	4.583.303	4.325.562	6.464.142	5.657.094			
Demonações dos resultados abrangentes							
	Controladora		Consolidado				
	2023	2022	2023	2022			
Resultado do exercício	236.610	55.320	301.730	73.245			
Itens que podem afetar o resultado em períodos subsequentes:							
Ajuste acumulado de conversão (nota 7.3)	(67.911)	(56.334)	(67.911)	(56.334)			
Ajuste AAP - Ganho (perda) aquisição de controlada	(326)	2.574	(326)	2.574			
Variação cambial sobre agio sobre investida no exterior	(42.172)	(33.604)	(42.172)	(33.604)			
Resultado abrangente total do exercício	126.201	(32.044)	191.321	(14.119)			
Atribuível ao(s)							
Acionistas controladores	126.201	(32.044)	—				
Acionistas não controladores	65.120	17.925	—				
Demonações das mutações do patrimônio líquido							
	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital		Reserva		Reservas de Lucros
	18.000				Reserva legal	a realizar	Reserva
Saldos em 1 de janeiro de 2022							
Variação de percentual de participação em controlada	—	—	—	—	—		
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—		
Participação dos não controladores	—	—	—	—	—		
Outros Resultados abrangentes	—	—	—	—	—		
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—		
Destinação do lucro							
Reserva legal	—	—	—	—	—		
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—		
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	—		
Em 31 de dezembro de 2022							
Aumento de Capital conf. AGE 18.08.2023	—	—	—	—	—		
Variação de percentual de participação em controlada	—	—	—	—	—		
Participação dos não controladores	—	—	—	—	—		
Outros Resultados abrangentes	—	—	—	—	—		
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—		
Destinação do lucro							
Reserva legal	—	—	—	—	—		
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—		
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	—		
Em 31 de dezembro de 2023							
518.000	500.000	500.000	3.300	47.023	3.427	(96.993)	—
Demonações dos fluxos de caixa							
	Controladora		Consolidado				
	2023	2022	2023	2022			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	236.610	55.320	301.730	73.245			
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa proveniente das (aplicado nas) operações:							
Depreciações e amortizações	4.344	274	231.544	222.999			
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	—	—	7.957	(595)			
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	—	69	68.924	25.938			
Provisão para contingências	—	—	(764)	10.414			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	—	—	21.910	7.049			
Equivalência patrimonial	(473.724)	(213.493)	—	—			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	364.049	187.694	435.977	282.721			
debitores e variação cambial	(141)	(2.828)	(326)	(3.087)			
Outros ajustes de reconciliação	—	—	—	—			
Variações nos ativos e passivos:							
Contas a receber	(350)	—	(162.999)	90.319			
Impostos a recuperar	(30.557)	(21.065)	1.519	(18.234)			
Despesas antecipadas	(3.451)	4.493	(4.483)	10.414			
Estoques	—	—	(102.499)	(38.321)			
Outras contas a receber	(11.664)	(5.584)	(45.034)	(98.434)			
Depósitos judiciais	(12)	(10)	89	(852)			
Fornecedores	(2.101)	(1.107)	(36.919)	(5.827)			
Salários e encargos sociais	(537)	184	8.473	19.122			
Impostos a recolher	(259)	154	36.454	6.234			
Outras contas a pagar	(25)	26	(77.489)	64.211			
Caixa proveniente das operações	82.182	4.127	684.314	636.523			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(48.142)	(55.671)	(117.611)	(102.773)			
Juros pagos sobre débitores	(227.404)	(131.984)	(227.404)	(131.984)			
Juros pagos sobre arrendamento	—	—	(3.641)	(1.577)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(75.476)	(24.183)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(193.364)	(183.528)	260.182	376.006			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Caixa despendido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(64.095)	(157.403)	(97.700)	(149.748)			
Pagamento de obrigações por conta de aquisição de empresas de investimentos	(80.066)	(164.614)	(22.658)	(173.312)			
A							



-★ continuação

Empresas Segmento Environment	Nome resumido	País	Empresa Controladora	Unidade	Atividade	Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Environmental ESG Participações S.A.			
						Direta	Indireta	Direta	Indireta
Ambipar Environment Chile Limitada	Disal Sanitários Portáteis	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 99,990%	– 99,990%		
Ambipar Chile Serviços Integrais Limitada.	Disal Serviços Integrais	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 99,990%	– 99,990%		
Ambipar Serviços de Valorização Ltda.	Serviços de Valorização	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 99,908%	– 99,908%		
Serviços Ambientais S.A.	Serviços Ambientais	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 99,992%	– 99,992%		
Gestão de Serviços Ambientais S.A.C.	Gestão de Serviços	Peru	Disal Ambiental	Gestão de Serviços/ Técnicas de Ab- rimento	Gestão total de resíduos industriais	– 99,999%	– 99,999%		
Urban Services S.A.C.	Urban Services	Peru	no	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 80,00%	– 80,00%		
Tecnologias de Abono S.A.C.	Tecnologias de Abono	Peru	Gestão de Serviços	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 100,00%	– 100,00%		
Eco Solutions S.A.C.	Eco Solutions	Peru	Gestão de Serviços	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 100,00%	– 100,00%		
Ambipar Environmental Paraguai S.A.	Disal Paraguai	Paraguai	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 99,994%	– 99,994%		
Ambipar Holding SpA	Holding SpA	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	– 100,00%		
Ecofibras S.A.	Ecofibras	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão de resíduos têxteis	– 51,00%	–		
Recynor SpA	Recynor	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 70,00%	–		
Recynor Industrial SpA	Recynor Industrial	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Interna- cional	Gestão total de resíduos industriais	– 70,00%	–		
Ambipar Environmental Mining Ltda. Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A.	Ambipar Mining	Brasil	Enviromental ESG	Gestão total de resíduos	Gestão de resíduos pós-consumo. Serviços ambientais e desenvolvimento de projeto de floresta.	100,00%	– 100,00%		
Ambipar Environmental Machines S.A. Drypol Ambipar Environmental Pet Solutions S.A.	Ambipar Machines	Brasil	Enviromental ESG	Decarbon Circular Eco- nomy	Gestão de resíduos pós-consumo.	53,57%	– 53,57%		
Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A.	Drypol	Brasil	Enviromental ESG	Decarbon Circular Eco- nomy	Gestão de resíduos pós-consumo. Gestão total de resíduos e serviços ambientais especializados.	55,00%	– 55,00%		
Ambipar Environmental Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Post Industrial Waste Reprocessing S/A	Suprema	Brasil	Enviromental ESG	Gestão total de resíduos	Gestão de resíduos pós-consumo. Gestão total de resíduos e serviços ambientais especializados.	70,00%	– 70,00%		
Ambipar Environmental Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Post Industrial Waste Reprocessing S/A	Brasil Coleta Gerenciamento	Brasil	Enviromental ESG	Circular Economy	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	– 51,00%		
Ambipar Environmental Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Post Industrial Waste Reprocessing S/A	Brasil Coleta Indústria	Brasil	Enviromental ESG	Circular Economy	Gestão total de resíduos industriais	– 100,00%	– 51,00%		
Ambipar Environmental Fox Comércio de Aparas Ltda.	Fox Comércio	Brasil	Enviromental ESG	Circular Economy	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	– 100,00%		
Ambipar Environmental Fox Indústria e Comércio de Plásticos Reciclados Ltda.	Fox Indústria	Brasil	Enviromental ESG	Circular Economy	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	– 100,00%		
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling S.A.	Blz Recicla	Brasil	Enviromental ESG	Reciclagem de vidro	Reciclagem de vidro	–	– 51,00%		
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling S.P.Ltda.	Recital	Brasil	Enviromental ESG	Reciclagem de vidro	Reciclagem de vidro	100,00%	– 100,00%		
Ciclo Soluções em Tratamento de Resíduos Ltda.	Ciclo	Brasil	Recital	Reciclagem de vidro	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas	– 100,00%	–		
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling PR Ltda.	Vidromix	Brasil	Garrafaria	Comércio	Comércio e transporte de vidros em geral	– 100,00%	–		
Ambipar Garrafaria Ltda.	Ambipar Garrafaria	Brasil	Garrafaria	Comércio	Comércio e transporte de vidros em geral	– 100,00%	–		
Ambipar ESG Brasil S/A	ESG Brasil	Brasil	Enviromental ESG	ESG Consulting	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	51,00%	–		
Ambipar Compliance Solutions S.A.	Ambipar Compliance	Brasil	ESG Brasil	ESG Consulting	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	– 48,58%	95,25%		
Ambipar Compliance Solutions Chile SpA	Ambipar Compliance Chile Certification	Chile	ESG Brasil	ESG Consulting	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	– 48,53%	– 95,25%		
Ambipar Green Tech Ltda.	Green Tech	Brasil	Green Tech	ESG Consulting	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	– 51,00%	100,00%		
Ambipar Excelência Sustentabilidade Ltda.	Excelência	Brasil	Green Tech	ESG Consulting	Consultoria em questões de sustentabilidade.	– 51,00%	– 100,00%		
Bravo GRC Ltda. GM&C Soluções em Logística Reversa Ltda.	Bravo	Brasil	ESG Brasil	ESG Consulting	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	– 51,00%	–		
Ambipar Environmental SIR Reverse Manufacturing S.A.	SIR	Brasil	GM&C	Serviço de manufatura reversa.	– 51,00%	65,00%			
Ambipar Environmental Reverse Manufacturing S.A.	Reverse Manufacturing	Brasil	SIR	Serviço de manufatura reversa.	– 51,00%	100,00%			
Decarbon Environmental ESG Participações Ltda.	Decarbon	Brasil	Enviromental ESG	Holdings de instituições não-financeiras	Holdings de instituições não-financeiras	100%	–		
Applast Recicláveis Plásticos e Papéis Ltda.	Applast	Brasil	Enviromental ESG	Recuperação de materiais plásticos	Recuperação de materiais plásticos	51,00%	–		
Braspol Fabricação de Polímeros e Resina Ltda.	Braspol	Brasil	Applast	Fabricação de resinas termoplásticas	Fabricação de resinas termoplásticas	– 51,00%	–		

2.5. Conversão de moeda: (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que as empresas do Grupo atuam, como moeda funcional. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado por outra forma. (b) **Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio de vigentes nas datas das transações ou da avaliação, no qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber, fornecedores e empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. (c) **Uso de estimativas contábeis e julgamento:** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuros atletados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.7. Ativos financeiros e passivos financeiros - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.7.1. Ativos financeiros e passivos financeiros - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.7.2. Ativos financeiros e passivos financeiros - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.7.3. Ativos financeiros e passivos financeiros - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explanativas: • **Nota Explanativa n° 2.14 - Impairment de ativos não financeiros:** • **Nota Explanativa n° 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos:** • **Nota Explanativa n° 5 - Perda Esperada para Créditos Líquidos Dúvidosa (PCLD):** • **Nota Explanativa n° 8 - Valor residual e vida útil estimada para o ativo imobilizado:** e • **Nota Explanativa n° 14 - Provisão para contingências:**

2.7.4. Ativos financeiros e passivos financeiros - liquidez imediata: Incluem os números em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incl



• continuação

16.4. Participação dos acionistas não controladores: A movimentação dos não controladores mencionada na demonstração das mutações do patrimônio líquido refere-se substancialmente à aquisição de controladas que remanesce o direito de participação societária a outros sócios/acionistas, bem como as suas movimentações existentes de mudanças de participação, variação cambial quando são controladas no exterior (moda funcional diferente da Companhia), resultados auferidos e distribuições de lucros deliberados. O saldo existente dos não controladores mencionada na demonstração das mutações do patrimônio líquido referem-se substancialmente a aquisição da controlada direta Ambipar Environmental Nordeste S.A., Ambipar Environmental Machines S.A., Boomer Lar Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., Biofica Investimentos Ambientais S.A., Drypol Industria e Comércio de Polímeros Ltda., Suprema Serviços Industriais Ltda., SIR Ambiente Inteligência Ambiental Ltda., Ambipar Environmental Viraser S.A., Ambipar ESG Brasil S.A., GM&C Soluções em Logística Reversa Ltda., Arplast Recicláveis Plásticos E Papéis Eireli, Ambipar Environmental Circular Economy FPI S.A., PSG Soluções em Embalagens S.A.. **16.5. Transação de Capital:** No decorrer do ano de 2023 ocorreram algumas transações de capital, envolvendo operações de aquisição de investimento, conforme mencionado na nota explicativa 7.3.

Garrafaria	
Determinação do ágio (*)	1.500
Valor total da contraprestação, líquida	(10.500)
Valor não caixa pela aquisição de investimento	(5.584)
Total de ativos líquidos identificáveis	(14.584)
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	
Data de Aquisição	03/07/2023
Mês de início do controle	07/2023
Empresa que adquiriu controle	Environmental ESG Participações S.A.
Valor da Aquisição	R\$ 1.500
Porcentagem adquirida	49,00%

25. Evento Subsequente: 25.1. Aprovação da precificação de oferta de Green Notes por subsidiária Ambipar Lux S.A. r.l.: Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia comunica que aprovou, em reunião com seu Conselho de Administração, a precificação de uma oferta de Green Notes por sua subsidiária integral, Ambipar Lux S.A. r.l., no valor total de US\$75.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares estadunidenses), com remuneração de 9,875% (nove inteiros e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, com prazo de 7 (sete) anos e vencimento em 6 de fevereiro de 2031 ("Oferta" e "Notes", respectivamente), com garantia fiduciária outorgada pela Companhia. Os recursos líquidos da Oferta serão utilizados para o refinanciamento de obrigações financeiras contribuindo na melhoria da estrutura de capital da Companhia, sendo ainda aplicados para financiar ou refinanciar investimentos elegíveis verdes (Green Notes). Até 15 de março de 2024, a Ambipar Lux enviou para a Companhia a título de mutuo, 528,5 Milhões de dólares para cumprir com as obrigações financeiras. **25.2. Anúncio do exercício do direito de antecipação de resgate antecipado da totalidade das debêntures de série única:** Em 5 de março de 2024 a Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. comunicou aos seus debenturistas titulares das debêntures da 2ª emissão (AMBIP12) e da 3ª emissão (AMBIP13), e a Environmental ESG Participações S.A. comunicou em conjunto aos seus debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão (ESG11) e a Emergência Participações S.A. comunicou em conjunto aos seus debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão (EMGP11), que exercerão o direito ao resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures de série única, conforme publicações no jornal O Dia, realizado por ambas companhias na data de 5 de Março de 2024. Os Resgates Antecipados Facultativos serão realizados mediante o pagamento total (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Série Unica, acrescido; (ii) dos Juros Remuneratórios, calculado pro rata temporis e (iii) do prêmio conforme previsto na Cláusula da Escritura de cada Emissão. Até o dia 27 de março de 2024 a controladora Environmental ESG Participações S.A. liquidou o montante de R\$ 620.018, referente a emissão das debêntures mencionadas acima.

Extração das Informações Relevantes sobre o Relatório do Auditor Independente: As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) endereço eletrônico do jornal de grande circulação: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>; b) o endereço eletrônico da companhia: <https://resgatesparticipacoes.com/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; c) endereço eletrônico da CVM: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/Financeira/PaginaFRE.aspx?numero=Sequencial&Documento=135438&CodigoTipoInstituico=1>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 01 de abril de 2024, sem modificações.

Contador: Thiago da Costa Silva - CRC SP 248945/O-1

Ativos e passivos adquiridos a valor justo (*)

Caixa e equivalentes de caixa	1.043
Outros ativos	79.575
Outros passivos	(69.222)
Total de ativos líquidos identificáveis	11.396
Valor total da contraprestação transferida	1.500
Valor da contraprestação transferida não caixa	(10.500)
(-) Caixa adquirido	-
(-) Valor assumido da obrigação a pagar	-
Caixa pago, líquido do caixa recebido/a receber	(9.000)

A Diretoria

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados RENATO DE BARROS PANZOLO, CPF Nº 074.090.328-47; SILVANA DE BARROS PANZOLO, CPF Nº 038.752.588-27; ESPOLIO DE OSCAR PANZOLO (por sua representante legal LUCY PESSOA PANZOLO, CPF nº 472.919.078-53); ESPOLIO DE MARCOS PANZOLO (por sua representante legal GLENDA BEZERRA LIMA, CPF nº 034.651.903-25; Paulina Alves Jardim Santos, CPF nº 036.372.058-82; Mauricio Ferreira da Cruz, CPF nº 076.843.316-88; João Luís de Carvalho, CPF nº 193.081.573-34; dos demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença oriunda da Ação de Extinção de Condomínio C/C Alienação Judicial de Coisa Comum Indivisível, requerida por MARCOS COSENZO, CPF Nº 223.273.018-23; Processo nº 0051490-67/2023.08.00011. O Dr. Swaraj Cervone de Oliveira, Juiz de Direito da 1ª Vara de Direito do Trabalho da Capital, expediu o Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno descrito na matrícula nº 39.149 deste Cartório, com área útil de 105,44 m², com a especificação de condômino de referido imóvel, na 1ª Vara de Direito do Trabalho da Capital, expedido o Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, expedido o Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subsídio Pinheiros, com área útil de 105,44 m², área comum de 32,50 m², área total construída de 137,94 m², cabendo-lhe a fração ideal de 13,73% no terreno. Contribuinte nº 015.024.060-5. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 101.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme determinação da fls. 241 dos autos principais (0051490-67/2023.08.00011). Edital de 1ª Praça de Bem Imóvel, Sér. M. R. Faro, Juçape nº 191, LOTE ÚNICO: imóvel constante da matrícula nº 64.969, do 10º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo, assim constante: A LOJA "B", localizada no subsolo do Edifício ROUPA, na Rua TEODORO SAMPAIO S. n. 210 e 2.152, 4º Subs

Amazônia terá R\$ 730 milhões para combate a incêndios e desmatamento

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate a desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na mazônia.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R\$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R\$ 130 milhões), ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução da degradação.

"Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da pre-

feitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade", disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 municípios prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Adesão

Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara municipal. "Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do estado devem declarar por escrito apoio à adesão do município", informa o Planalto.

A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é a de pagamento por performance. Assim sendo, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

"O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023", detalhou a Presidência da República.

Entre os compromissos a serem assumidos pelas prefeituras está a existência de secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade.

Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. "A comissão será responsável por monitorar a implementação do programa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes", informa o Planalto.

Diálogo com prefeituras

Presente no lançamento do

programa, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o sucesso da iniciativa na proteção da Amazônia depende do diálogo e do apoio dos municípios.

Dirigindo-se a Lula, Padilha lembrou que em todos seus governos o presidente sempre buscou ter boas relações com prefeitos, independentemente dos partidos aos quais eles são filiados. "O senhor pediu para recrutar, aqui no Palácio do Planalto, a sala de prefeitos e prefeitas, e que temos de estar abertos para construir parcerias sem perguntar a que partido eles fazem parte", disse o ministro.

"Nós sabemos o quanto é importante retomar o diálogo, inclusive para proteger a Amazônia. Infelizmente, no último período do nosso país, a Amazônia, que deveria e deve ser sempre motivo de união, foi motivo de desunião; de conflito; de disputa; de polarização. Só perdeu o Brasil. Só perdeu a Amazônia. Mas acreditamos que desde o começo da retomada do governo do presidente Lula, instalamos esse debate que acrescentou, ao Conselho, a letra S de sustentabilidade", disse Padilha referindo-se

ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) – espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade.

Floresta lucrativa

Segundo Lula, é também necessário ao país viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucram por meio da preservação da floresta. "Muita gente vive floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram pessoas que precisam de saúde, educação e de condições de trabalho", disse o presidente.

"Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico, às vezes, muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não se precisam derrubar floresta", acrescentou o presidente.

O Planalto informa que as metas previstas para o programa até 2026 incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão. (Agência Brasil)

Prevê, ainda, ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, vai criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

Manejo sustentável

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R\$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. "Tem um eixo que é a menina dos nossos olhos. É o eixo do apoio às atividades produtivas sustentáveis. Sabemos que não se vai conter desmatamento em nenhum bioma se for apenas com ação de comando e controle. Só vamos conter quando manter a floresta em pé for mais rentável e mais vantajoso do que derrubá-la", disse.

Nesse sentido, acrescentou que a ideia é a de estimular o uso da floresta por meio de manejo sustentável. "Só assim de forma sustentável garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter no futuro trabalho para filhos, netos e bisnetos", complementou. (Agência Brasil)

Moraes nega pedido para isentar X no Brasil de ordens judiciais

atingida por decisões da Justiça brasileira.

A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional. Pelo contrário: o fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil", afirmou.

No último final de semana, Moraes abriu um inquérito para investigar o empresário Elon Musk, dono da rede social. Em postagens publicadas na plataforma, Musk criticou o ministro

Alexandre de Moraes e a Corte, além de sugerir que iria desobedecer a ordens judiciais contra a plataforma.

O ministro também complementou que os administradores da filial brasileira podem ser responsabilizados por eventuais condutas de obstrução de Justiça e desobediência de ordens judiciais.

Moraes considerou ainda que o pedido para restringir eventuais punições "beira a litigância de má-fé".

"Diante do exposto, não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet, bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedi-

do", completou.

Entenda o caso

No último sábado (6), o bilionário Elon Musk, dono da rede social X e da fabricante de veículos elétricos Tesla, iniciou uma série de postagens criticando o ministro Alexandre de Moraes e o STF.

Ele usou o espaço para comentários do perfil do próprio Moraes no X para atacá-lo. Em uma mensagem de 11 de janeiro, postada por Moraes para parabenizar o ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski por assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Musk questionou: "Por que você exige tanta censura no Brasil?".

Em outra postagem, ainda no sábado, Musk prometeu "levantar", desobedecer, todas as res-

trições judiciais, alegando que Moraes ameaçou prender funcionários do X no Brasil. No domingo, dia 7, Musk acusou Moraes de trair "descarada e repetidamente a Constituição e o povo brasileiro". Sustentando que as exigências de Moraes violam a própria legislação brasileira, Musk defendeu que o ministro renuncie ou seja destituído do cargo. Pouco depois, ele recomendou aos internautas brasileiros utilizarem uma rede privada virtual (VPN, do inglês Virtual Private Network) para acessar todos os recursos da plataforma bloqueados no Brasil.

No próprio domingo, o ministro Alexandre de Moraes determinou a inclusão do multibilionário entre os investigados do chamado Inquérito das Milícias Digitais (Inq. 4.874), que apura a

atuação criminosa de grupos suspeitos de disseminar notícias falsas em redes sociais para influenciar processos políticos.

Na mesma decisão, Moraes ordenou a instauração de um "inquérito por prevenção" para apurar as condutas de Musk.

Após os ataques de Musk, lideranças governistas do Congresso Nacional voltaram a defender a necessidade de se aprovar a regulação das plataformas digitais no Brasil. Por outro lado, líderes da oposição saíram em defesa do dono da plataforma X, reforçando tese da censura e de violação da liberdade de expressão.

Para juristas ouvidos pela Agência Brasil, a decisão de Moraes está fundamentada em um contexto de ameaças às instituições. (Agência Brasil)

Seca faz incêndios em florestas maduras crescerem 152% na Amazônia

Anvisa lança programa de apoio a startups para inovar medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na terça-feira (9), em Brasília, edital de chamamento que objetiva apoiar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e sintéticos novos, além de produtos biológicos.

Em nota, a agência reconhece a necessidade de novos medicamentos e a importância de fomentar a inovação no ecossistema de saúde brasileiro. O edital destina-se especificamente a startups brasileiras.

O programa está alinhado às diretrizes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e visa acelerar o acesso de novos medicamentos ao mercado.

Serão escolhidas três startups, cada uma desenvolvendo, respectivamente, um medicamento fitoterápico, um medicamento sintético novo e um produto biológico, para participação em projeto-piloto de avaliação regulatória.

"O objetivo primário é apoiar essas empresas na navegação pelo regramento sanitário desde as fases iniciais de desenvolvimento dos

produtos", destacou a Anvisa.

A proposta é oferecer suporte regulatório específico, visando facilitar o cumprimento dos requisitos sanitários e acelerar o processo de inovação em medicamentos no país.

Os candidatos devem demonstrar potencial inovador e relevância para o tratamento de doenças com impacto significativo na saúde pública, além de se enquadrarem em critérios específicos detalhados no edital, incluindo a fase de desenvolvimento do medicamento e a capacidade institucional da startup.

Interessados têm até o dia 7 de maio para submeter suas propostas por meio de formulário eletrônico detalhando o estágio de desenvolvimento do medicamento proposto.

A seleção vai priorizar meios destinados ao tratamento de condições com alta morbimortalidade, índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica, no Brasil, com impacto para o Sistema Único de Saúde (SUS) e em estágios mais avançados de desenvolvimento.

Estudo publicado na revista científica *Global Change Biology* mostra que no ano passado houve uma queda de 16% no total de focos de incêndio na Amazônia, além de redução de 22% no desmatamento. Mas, mesmo assim, o bioma vem enfrentando outro desafio: os incêndios em áreas de vegetação nativa ainda não afetadas pelo desmatamento. Os incêndios em áreas das chamadas "florestas maduras" cresceram 152% no ano passado, em comparação a 2022.

Ao desenhar as imagens de satélite, os pesquisadores detectaram que os focos em áreas florestais subiram de 13.477 para 34.012 no período. A principal causa é a seca na Amazônia, cada vez mais frequente e intensa.

Além dos eventos prolongados registrados em 2010 e 2015-2016, que deixam a floresta mais inflamável e provocam a fragmentação da vegetação, o bioma passa por uma nova estiagem no biênio 2023-2024, o que agravou ainda mais a situação.

Tanto que o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), aponta que o total de focos de calor no primeiro trimestre de 2024 em toda a Amazônia foi o maior dos últimos oito anos – os 7.861 registros entre janeiro e março, representando mais de 50% das notificações no país (o

Cerrado vem em seguida, com 25%). O mais alto número até então havia sido no primeiro trimestre de 2016 – 8.240 para o total do bioma.

"É importante entender onde os incêndios estão ocorrendo porque cada uma dessas áreas afetadas demanda uma resposta diferente. Quando analisamos os dados, vimos que as florestas maduras queimaram mais do que nos anos anteriores. Isso é particularmente preocupante não só pela perda de vegetação e desmatamento na sequência, mas também pela emissão do carbono estocado", afirma o especialista em sensoriamento remoto Guilherme Augusto Verola Mataveli, da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Inpe.

Outro ponto destacado pelos cientistas é que a crescente inflamabilidade da floresta torna-se um desafio para os agricultores tradicionais. Eles normalmente usam o fogo controlado como forma de manejo de áreas de subsistência. Isso de-

Perda de resiliência

Quando o fogo atinge florestas maduras, alertam os pesquisadores, a resiliência da floresta fica comprometida. Isso afeta, entre outras coisas, sua capacidade de criar um microclima úmido abaixo do dossel das árvores para conter e reciclar a umidade dentro do ecossistema.

Outro ponto destacado pelos cientistas é que a crescente inflamabilidade da floresta torna-se um desafio para os agricultores tradicionais. Eles normalmente usam o fogo controlado como forma de manejo de áreas de subsistência. Isso de-

manda incentivo a cadeias de produção para que sejam livres dessa prática.

Sudoeste do Amazonas

No ano passado, alguns pesquisadores do grupo responsável pelo estudo publicado na revista *Global Change Biology* já haviam identificado esse aumento de incêndios em "florestas maduras" localizado em uma fronteira emergente de desmatamento no sudeste do Amazonas, na região de Boca do Acre, entre 2003 e 2019.

"Além da gravidade dos incêndios em áreas de florestas maduras atingirem, por exemplo, árvores mais antigas, com maior potencial de estoque de carbono, contribuindo para o aumento do impacto das mudanças climáticas, há o prejuízo para as populações locais. Manaus é um desses casos, que foi a segunda cidade com a pior qualidade do ar no mundo em outubro do ano passado", afirma Mataveli.

Outros estados registraram situação semelhante, incluindo o Pará, onde a contagem de focos de calor em florestas maduras em 2023 foi de 13.804 – ante 4.217 casos em 2022.

Roraima

Uma das piores situações está configurada em Roraima, que concentra mais da metade dos registros de incêndio do bioma. Com a quinta maior popu-

lação indígena do país – 97.320 pessoas –, o estado viu 14 dos seus 15 municípios decretarem emergência em março por causa do fogo.

A fumaça provocada pelas queimadas provocou a suspensão de aulas. A seca severa tem afetado comunidades indígenas, deixando-as sem acesso a alimentos e exposição a doenças respiratórias, entre outros impactos.

O Ibama/Prevfogo informa que tem atuado, desde novembro do ano passado, em conjunto com outras instituições nas ações de prevenção e no combate aos incêndios, atualmente concentrados em diferentes regiões de Roraima. Segundo o órgão, desde janeiro, são mais de 300 combatentes, além de quatro aeronaves que dão apoio ao trabalho.

Para amenizar o problema, o grupo de cientistas sugere o aumento de operações de comando e controle e a expansão de brigadas de incêndio, além do desenvolvimento constante de sistemas de monitoramento.

"Com o uso de inteligência artificial, podemos tentar desenvolver sistemas que, além de mostrar onde ocorreram os incêndios, façam uma previsão dos locais com mais propensão de ocorrer e assim ter áreas mais específicas como foco de prevenção", complementa Mataveli. (Agência Brasil)